



**Vol. 2, n° 2 – 2022 Pedagogia  
e Educação Física**

---



**Autor Corporativo:**

Faculdade Católica Rainha da Paz – FCARP

CNPJ. 37.500.808/0003-0

Avenida 23 de Maio, 02 – Centro, Araputanga-MT CEP: 78.260-000

**Organização:**

Me. Jefferson Antonione Rodrigues

Ma. Cleusa Bernadete Larranhagas Mamedes

**Editores:**

Ma. Marilza Larranhagas da Cruz

Me. Jefferson Antonione Rodrigues

Telefone: (65) 32611314 E-mail: [revista@fcarp.edu.br](mailto:revista@fcarp.edu.br)

**Comitê Científico:**

Me. Ademir Patrik de Moura

Esp. Eleuzamar Maria da Silva

Ma. Cleusa Bernadete Larranhagas Mamedes

Ma. Mailsa Silva de Jesus

Ma. Marilza Larranhagas da Cruz

Me. Waldemar Rosa Pereira

Dr. César Augustus Winck

**Editoração e Diagramação:**

Esp. Dinair Pereira Nunes

Me. Jefferson Antonione Rodrigues

**Periodicidade:**

Fluxo Contínuo

**Idiomas:**

Português



**Vol. 2, n° 2 – 2022**  
**Pedagogia e Educação Física**

**ANAIS DO I INTEGRADO DE TESES E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO - SITEDI  
CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E PEDAGOGIA DA FCARP**

**PERÍODO: 27/06/2022 a 30/06/2022**  
**FCARP – Araputanga – MT**



**EVENTO VIRTUAL**

**ORGANIZAÇÃO GERAL:**

**Ma. CLEUSA BERNADETE LARRANHAGAS MAMEDES**  
Coordenadora dos Cursos de Pedagogia e Educação Física /FCARP

**ARAPUTANGA – MT**  
**2022**



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	06
<b>1- GRUPO ESCOLAR ESPERIDIÃO MARQUES UMA CONTRIBUIÇÃO PARA OS ESTUDOS DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES EM MATO GROSSO 1910 – 1947</b> Adriane Cristine Silva .....	08
<b>2- A PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE ESTADUAL NA CIDADE DE ARAPUTANGA-MT</b> Cleusa Bernadete Larranhagas Mamedes .....	12
<b>3- O PROCESSO DE NOMEAÇÃO DA IRMANDADE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE</b> Elaine Regina Franco .....	16
<b>4- NOMES DE ORIGEM INDÍGENA EM FORMAÇÕES NOMINAIS DE CIDADES DE MATO GROSSO: PERSPECTIVAS DE SENTIDOS</b> Elisandra Benedita Szubris .....	20
<b>5- PROGRAMA DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NO BRASIL</b> Ingrid Moreno Mamedes .....	23
<b>6- SENTIDOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM MATEMÁTICA: CONTRIBUIÇÕES DO PNAIC EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE ARAPUTANGA/MT</b> Jorcélia Erminia da Silva Carneiro .....	27
<b>7- DEPRESSÃO EM PROFESSORES: UM ESTUDO SOBRE FATORES DE ADOECIMENTO E POSTURAS DE ENFRENTAMENTO</b> Marcelo Pedro Marinho .....	30
<b>8- CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: ESPAÇO PÚBLICO DEMOCRATIZADOR?</b> Márcia Cristina Machado Pasuch .....	34
<b>9- O DIÁLOGO NO PROCESSO PEDAGÓGICO PARA A EDUCAÇÃO EM VALORES HUMANOS</b> Maria Madalena Dos Santos .....	38

<b>10- A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A PRÁTICA DOCENTE: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA.</b>	
Rejane Loffler .....	43
<b>11- PNAIC: FORMAÇÃO E PRÁTICA DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES NO ENSINO DA MATEMÁTICA PARA ALUNOS SURDOS</b>	
Renata Aparecida De Souza .....	47
<b>12- SOCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A DOCÊNCIA E A PEDAGOGIA DO TRABALHO ASSOCIADO CAMPONÊS PARA A AUTO-ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE</b>	
Sandra Maria Soares .....	51
<b>ÍNDICE QUALIFICATIVO DOS ORIENTADORES</b> .....	55



**Vol. 2, n° 2 - 2022 Pedagogia e Educação Física**

## **APRESENTAÇÃO**

**ANAIS DO I SEMINÁRIO INTEGRADO DE TESES E DISSERTAÇÕES – SITEDI da FCARP/2022**, realizado no período de 27 a 30 de junho de 2022, organizado pela coordenação dos cursos de Pedagogia Educação e Física da Faculdade Católica Rainha da Paz – FCARP, foi um evento científico, *online*, gratuito e aberto para toda a comunidade educacional, reunindo dissertações de mestrado e teses de doutorado de professores que atuam na educação e pesquisadores dos programas de pós-graduação.

O objetivo do evento foi de oportunizar a socialização dos conhecimentos produzidos, no âmbito local, regional e nacional.

Participações de professores palestrantes de várias Universidades Brasileiras, contribuíram significativamente com a discussão sobre a importância da pesquisa na graduação e pós-graduação, assim como, os seus reflexos na Educação Básica.

O seminário foi organizado de acordo com a seguinte programação:

### **1- Ciclo de Palestras:**

**DATA: 27/06/2022 – Horário: 19h**

Título: “A produção científica: formação de novos pesquisadores”.

Prof. Dr. Eduardo Guimarães – UNICAMP

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim – UNEMAT

Mediação:

Profª Dra. Elaine Regina Franco – FCARP

Profª Ma. FrancineliCezarina Lara – UNEMAT

**DATA: 28/06/2022 - Horário: 19h**

Título: “A produção de dissertações e teses em Educação Física no estado de Mato Grosso”

**Palestrantes: Prof. Dr. José Tarcisio Grunennvaldt - UFMT**

Profª Dra. Márcia Cristina Rodrigues da Silva Coffani - UFMT

**DATA: 29/06/2022 - Horário: 19h**

Título: “O ensino e a pesquisa na graduação e pós-graduação”.

Palestrante: Dr. Antônio Joaquim Severino – USP

Mediação:

Profª Ma. Cleusa Bernadete Larranhagas Mamedes – FCARP

Profª Ma. Adriane Cristine Silva – FCARP

**DATA: 30/06/2022 - Horário: 19h**

Título: “A pesquisa na Pós-Graduação em Educação e sua vinculação/impacto na Educação Básica”.

Palestrantes: Dra. Priscilakohls-Santos – UCB- Universidade Católica de Brasília – UCB

Ma. Juliana de Andrade Boel Neves – UCB/FCARP

Mediação:

Profª Ma. Renata Ap. de Souza – FCARP

Profª Dra. Márcia Cristina Machado Pasuch – FCARP

## **2- Comunicações Orais**

As temáticas dos trabalhos apresentados na modalidade de comunicação oral ocorreram numa perspectiva multidisciplinar envolvendo várias áreas da produção científica.

O evento contou com a Comissão Organizadora:

Profª Ma. Cleusa Bernadete Larranhagas Mamedes/FCARP

Profª Dra. Elaine Regina Franco Magro/FCARP

Profª Ma. Adriane Cristine Silva/FCARP

Profª Dra. Márcia Cristina Machado Pasuch/FCARP

Profª Ma. Renata Ap. de Souza/FCARP

Prof. Me Waldemar Rosa Pereira/FCARP



## **GRUPO ESCOLAR ESPERIDIÃO MARQUES UMA CONTRIBUIÇÃO PARA OS ESTUDOS DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES EM MATO GROSSO 1910 – 1947**

Adriane Cristine Silva - [adriane cristine2011@gmail.com](mailto:adriane cristine2011@gmail.com)  
Maria do Carmo Brazil – Orientadora - [mc.2708@hotmail.com](mailto:mc.2708@hotmail.com)

### **RESUMO**

Este trabalho envolve a temática acerca da História das Instituições Educacionais, Mato Grosso como cenário e o Grupo Escolar Esperidião Marques (GEEM) como base de análise. Esta proposta envolve dimensões históricas da escola e da cidade, através de representação municipal e sua localização em área de fronteira (Brasil-Bolívia). Enquanto recortetemporal o período compreendido entre 1910, ano de fundação e 1947, ano que no plano nacional, representou marco políticoposterior à promulgação da Constituição de 1946 e no plano local, deveu-se ao momento em que o Ginásio Estadual Onze de Março criadopassou a funcionar nas dependências do prédio do GEEM . Como suporte teórico, utilizamos o método dialético investigativo, que descreve o particular à luz do contexto econômico, político, social e cultural, oferecidas pela historiografia (francesa e inglesa). O suporte historiográficosobre a história das instituições escolares, buscamos as análises de Bencostta (2002); Camargo (2000); Faria Filho (2004), Jacomelli (1998); Leite (1970); Nosella e Buffa (2007); Reis (2003); Sá (1998); Siqueira (2000); Souza (1998);Vidal (2004). Como material empírico leis, artigos constitucionais, decretos, relatórios, editais, listas e solicitações realizadas no âmbito institucional. Recorremos aos escritos memorialísticos e discursos produzidos pela imprensa regional. Os dados obtidos sobre a relação entre o Grupo Escolar e a cidade de Cáceres foram analisados, a partir do quadro econômico, social, político e cultural do país. Foi possível identificar o perfil da comunidade escolar a nacionalidade, situação econômica, relações sociais e explicar parte do processo econômico nacional e regional a partir do surgimento do GEEM.

**Palavras-chave:** Cultura escolar. Cáceres. Grupo escolar.

### **1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS**

Através do objetivo de discutir a trajetória de implantação do referido Grupo Escolar na região, com destaque para questões acerca da cultura escolar, sua projeção local e regional, assim como seu papel irradiador de posturas vinculadas ao ideário republicano através da escola pública. Na ambição de tecer cooperações para o avanço dos estudos no campo da história da Educação, em geral, e da história das Instituições escolares em Mato Grosso, em



particular - o Grupo Escolar Esperidião Marques, sendo uma contribuição para os estudos das Instituições Escolares em Mato Grosso.

Para alcançar os objetivos o estudo foi desenvolvido como forma de compreender Grupos Escolares: um balanço historiográfico das produções nesta temática, da abordagem metodológica e das fontes históricas utilizadas. Seguimos com estudos sobre A cidade e a escola: Cenas, olhares e vivências cotidianas, destinou-se a refletir sobre o momento em que o projeto republicano alcançou Mato Grosso trazendo os germes da modernização das cidades.

Na construção da dissertação foi realizado um estudo sobre a cidade de Cáceres, local onde se assentou o Grupo Escolar Esperidião Marques. Para finalizar abordamos o Esperidião Marques: Perfil de um Grupo Escolar do centro-oeste brasileiro. A qual procuramos apresentar os contornos de institucionalização do Grupo Escolar Esperidião Marques na cidade de São Luiz de Cáceres, na ambição de que nossas análises possam contribuir para a construção de uma história regional da escola mato-grossense, sendo ela parte articulada do passado educacional brasileiro. E que atende a população até o presente.

## **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Dessa realidade verificada no cenário investigatório regional, observamos a necessidade de investimento no campo da História da Educação, especificamente na História das Instituições Escolares. Daí a importância e a razão pela qual elegemos o Grupo Escolar Esperidião Marques como foco de análise.

A Metodologia a ser utilizado na pesquisa se classifica como descritiva exploratória e qualitativa. Quanto aos meios a pesquisa se caracteriza como bibliográfica documental. De acordo com os autores Cervo e Bervian (2002, p.82) “a pesquisa descritiva busca conhecer as relações existentes na vida social, política, econômica e as características do comportamento humano”. Como exploratória, pois segundo Gil (1990, p.52), “tais pesquisas são realizadas principalmente quando o tema é pouco explorado e complicado de se formular hipóteses precisas.”

Através de Marie-Paule Caire-Jabinet (JABINET, 2003, p. 143) entendemos que “entre os canteiros mais recentes [da história] a historiografia é [...] objeto de novas pesquisas que realçam os diferentes modos de escrever a história conforme as épocas”. Isso explica a importância desta revisão de literatura com vistas a compor a tessitura básica de nosso trabalho. Isto por si só, justifica o significado do balanço historiográfico que ora desenvolvemos, o qual serviu de suporte no desenrolar da pesquisa.

Na abordagem do objeto de análise – História das Instituições Escolares, em específico o Grupo Escolar Esperidião Marques – optamos pelo método dialético investigativo, cuja tendência analisa o particular (o dado empírico) à luz da totalidade histórica (NOSELLA; BUFFA, p. 338). Nossa abordagem aproveita a contribuição do marxismo inglês e considera os aspectos culturais, (instituições, tradições, valores, criações), tão importantes quanto o aspecto econômico, sem deixar de dialogar também com as novas possibilidades oferecidas pela historiografia francesa no que se refere a leituras e do fazer história.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Essa antiga cidade localiza-se à margem direita do Rio Paraguai e foi fundada em 06 de outubro de 1778. Surgiu sobre um terreno plano e arenoso, cujas ruas foram cortadas em ângulos retos, onde se assentaram casas, em sua maioria, térreas. Caracterizou-se também pela formação de antigas fazendas pastoris que contribuíram para o seu desenvolvimento e composição de sua história. Grande parte dos produtos econômicos de Mato Grosso saía do porto de Cáceres e era escoada para os países platinos através do Rio Paraguai.

Através do Jornal A Razão, a apresentação de cenas, vivências e os olhares que caracterizaram as ruas na cidade que abriga o Grupo Escolar Esperidião Marques. A caracterização da cidade de Cáceres pelo presidente dos Estados Unidos na sua visita a cidade de Cáceres. Da mesma forma, o viajante destacou a diversidade cultural e finalmente Roosevelt também viu a Escola em Cáceres:

Mas ali mesmo em Cáceres, o espírito do novo Brasil já ia penetrando; fora construído um belo edifício público para grupo escolar. Fomos apresentados ao diretor, um homem esforçado que realiza excelente obra, um dos muitos professores trazidos nos últimos anos para Mato Grosso, de São Paulo, centro do novo movimento educacional que muitíssimo fará em benefício do Brasil (ROOSEVELT, 1944, p. 138).

A partir da compreensão de que a criação do Grupo Escolar Esperidião Marques em Cáceres – MT, que representou o marco inicial na organização da educação e também para a consolidação do republicanismo nesta cidade. Apresenta um espaço social de consolidação desta educação proposta pelo governo tendo como fonte de inspiração outros estados na linearidade do ensino gratuito e público. Sua origem ocorre a partir de três escolas: a) a masculina que tinha como diretor Professor Octavio Motta; b) a feminina com a professora Ritta Garcia e c) a mista com a professora Escolástica Botelho.

Em 31 de agosto de 1913, o Jornal A Razão disponibilizou notícias sobre as primeiras propostas apresentadas à Secretaria dos Negócios de Agricultura e Obras Públicas, para a construção do Edifício do Grupo Escolar da cidade de São Luiz de Cáceres.

O prédio, além de cumprir a finalidade utilitária e funcional, deviam também imprimir sua dimensão social, simbolizar os novos valores a serem incorporados pela sociedade e traduzir a construção de uma nação moderna pautada na cultura e na educação. Uma proposta coerente como o período republicano.

#### **4. CONCLUSÃO**

Com essa perspectiva, entendemos que nosso trabalho se insere na corrente de esforços interpretativos que vem sendo realizado no campo da história, no sentido de fazer avançar os estudos regionais acerca das instituições escolares. Procuramos discutir o GEEM, no contexto da história nacional, mas considerando seu aspecto singular, como uma instituição localizada em área de fronteira (Brasil-Bolívia).

O Grupo Escolar Esperidião Marques desde sua criação em 1912 - até o ano de 1947, data final do recorte - afigurou-se como instituição de relevo para a sociedade cacerense, a despeito de caracterizar-se como escola pública, nacionalista e laica. Constituída num edifício em estilo arquitetônico neoclássico. Devemos apontar ainda que foi uma prática de demonstrar ações e posturas de um sistema novo de governo voltado para a educação de qualidade nos idos de 1910.

## 5. REFERÊNCIAS

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMARGO, Marilena A. Jorge Guedes de. **Coisas Velhas - Um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958)**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CHATIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

JORNAL A RAZÃO. Cáceres, 01 de dezembro de 1912.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

NOSELLA, Paulo; BUFFA, Ester. **As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigações**. Ecos - Revista Científica, São Paulo, v.7, n.2, p.351-368, 2007.

ROOSEVELT, Theodoro. **Através do Sertão do Brasil**. Tradução de Conrad Erichsen. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.



## **A PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE ESTADUAL NA CIDADE DE ARAPUTANGA-MT**

Cleusa Bernadete Larranhagas Mamedes – [belarranhagas@gmail.com](mailto:belarranhagas@gmail.com)  
Dra. Artemis Augusta Mota Torres – Orientadora

### **RESUMO**

O estudo refere-se à participação dos professores nas instâncias da gestão democrática, em duas escolas públicas da rede estadual na cidade de Araputanga, Mato Grosso. Tem por objetivo compreender como ocorre a operacionalização das instâncias de participação dos professores, definidas pela legislação que rege o sistema estadual de ensino: Eleição de Diretores, Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, Reuniões Administrativas e Pedagógicas, assim como, os elementos facilitadores e/ou dificultadores à participação. O embasamento teórico constitui-se de uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de democracia, participação, autonomia e descentralização do poder, da legislação educacional, em especial, as que regem o ensino em Mato Grosso. A metodologia foi desenvolvida numa abordagem qualitativa, descritiva e método de análise dialético. O principal instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista, tendo-se recorrido, também, ao questionário, à observação e à análise documental. Durante o percurso da pesquisa, os resultados constatam que a participação dos professores, nas instâncias estabelecidas, apresentou algumas dificuldades de efetivação, em função dos próprios mecanismos do sistema de ensino e da necessidade de reflexão sobre a atuação do professor nas diferentes instâncias em funcionamento na unidade escolar. Assim, a participação dos professores nas instâncias da gestão escolar democrática corre o risco de continuar no papel. Com isso, o risco de fadá-la ao fracasso representa um desafio a todos que acreditam, lutam e desejam uma escola em que seus partícipes possam coletivamente definir as prioridades indispensáveis ao pleno funcionamento da gestão democrática na escola.

**Palavras-chave:** Gestão Democrática. Escolas Públicas. Participação de Professores.

### **1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS**

A principal finalidade da gestão democrática é a participação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar na construção de uma escola participativa. No que diz respeito à participação dos professores na gestão da escola, o Art. 13 da LDB nº 9394/96 incumbe-lhes de participar da elaboração da proposta pedagógica dos estabelecimentos de ensino, elaborar e cumprir o plano de trabalho, entre outras. Em Mato Grosso, esses espaços de participação assegurados pela legislação nacional estão regulamentados pela Lei Complementar nº 49 de 1º de outubro de 1998, Lei Orgânica dos Profissionais da Educação

Básica – LOPEB nº 50 de 1º de outubro de 1998 e Lei Estadual nº 7.040 de 1º de outubro de 1998.

A legislação sugere um corpo docente participativo nos diversos âmbitos do sistema público de educação básica, inclusive aquelas desenvolvidas especificamente no interior da escola. Na pesquisa desenvolvida, considera-se como instâncias escolares de participação dos professores: Projeto Político Pedagógico (PPP), Regimento Escolar, Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE), Conselho de Classe, Reuniões Administrativas e Pedagógicas, Eleição de Diretores.

Algumas questões nortearam o desenvolvimento desta pesquisa: A escola inclui, além do previsto nas normas, algum programa ou alguma prática preparada intencionalmente para propiciar a participação? O que os professores propõem em termos de participação na gestão da escola? Como se efetiva a participação dos professores nos âmbitos administrativo, pedagógico e financeiro? Quais os desafios que a gestão democrática tem representado para os professores no que concerne as suas atividades profissionais?

Nesse mosaico de questionamentos, a pesquisa tem como objeto de reflexão a participação de professores no processo de democratização das escolas públicas “João Sato” e “Nossa Senhora de Fátima” da rede estadual, localizadas na cidade de Araputanga, Mato Grosso, considerando as instâncias de participação definidas pela legislação que rege o sistema estadual de ensino.

O objetivo é de compreender como ocorre a operacionalização das instâncias de participação dos professores, definidas pela legislação que rege o sistema estadual de ensino: Eleição de Diretores, Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, Reuniões Administrativas e Pedagógicas, assim como, os elementos facilitadores e/ou dificultadores à participação.

## **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Considerando os objetivos da pesquisa, determinaram a escolha de uma abordagem qualitativa no tratamento metodológico do estudo.

O levantamento bibliográfico, consistiu em compilar estudos sobre a temática da gestão democrática do ensino público, tendo como foco principal a participação do professor na democratização da escola pública de Mato Grosso, assim como, a legislação educacional.

O universo da pesquisa é a escola do Ensino Fundamental e Médio sob a administração do sistema estadual de ensino, com os professores que nele atuam. O lócus da pesquisa de campo é o município de Araputanga. As escolas pesquisadas foram a Escola Estadual João Sato, e a Escola Estadual “Nossa Senhora de Fátima”.

O trabalho de coleta de dados foi realizado no período de setembro de 2003 a março de 2004, perfazendo um total de seis meses, distribuídos em dias e semanas alternadas, ultrapassando uma carga-horária de 120 horas, destinadas às visitas iniciais, leituras e análise de documentos (Projeto Político Pedagógico (PPP), Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), Regimento Escolar, Atas de reuniões), entrevistas com 24 professores, observações e participação em reuniões. Os espaços delimitados para observação foram as reuniões administrativas e pedagógicas; reunião da sub-sede do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública-SINTEP, além da rotina diária em que os professores estão envolvidos. O método para análise dos dados foi o dialético.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os dados obtidos na pesquisa foram analisados de forma a evidenciar a participação propagada através das normas do texto legal e a participação vivenciada pelos professores nas escolas estudadas.

A pesquisa possibilitou mostrar como se dá a participação dos professores nas instâncias da gestão democrática:

1. Eleição de diretores: constata-se que a adoção de práticas participativas não está livre de servir à manipulação e ao controle do comportamento dos professores, especialmente dos que estão na condição de interinos. A ausência de uma proposta de trabalho dos candidatos que nasça do coletivo, não consubstancia a construção do Projeto Político Pedagógico, além da inversão de prioridades das propostas após a vitória eleitoral. Reforçam este cenário o desencanto da maioria dos professores com o processo, e a falta de iniciativa na implementação e consolidação de novas práticas para ampliar sua participação, tem-se claro que há muito a ser melhorado.

2. Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar: A participação dos professores é considerada, um avanço na democratização das relações no âmbito escolar, como a representação de todos os segmentos da comunidade escolar. Entretanto, quando se aprofunda a análise dessas relações, percebe-se um forte dirigismo de questões encaminhadas pela direção das escolas para que os membros dos conselhos deliberem. Os dados apontam para uma participação com forte ênfase na deliberação das questões de ordem financeira, como é possível verificar nos relatos dos professores. Não há referência sobre a questão pedagógica, principalmente a proposição de ações de participação da comunidade escolar na elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE), Projeto Político Pedagógico (PPP), Regimento Escolar e demais processos de planejamento no âmbito da comunidade escolar. Não sinalizam ações concretas sobre os resultados da avaliação do funcionamento da escola e do rendimento dos alunos, não apresentam propostas que visem a melhoria do ensino. Considerando os pontos que foram relatados: falta de conhecimento dos professores sobre as atribuições do Conselho Deliberativo; ausência de planejamento das atividades do conselho e de comunicação entre representantes e representados; centralização de ações deliberativas no âmbito financeiro.

3. Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar e Plano de Desenvolvimento da Escola: O envolvimento dos professores na elaboração do projeto político pedagógico ocorreu por meio de esporádicas reuniões através das ideias apresentadas pela direção da escola. Os princípios burocráticos do poder, na escola, para efeito de cumprimento de tarefas, o que leva a crer que o mesmo não se deu como um processo construído de forma coletiva, deixando de levar em consideração as “incumbências” dos professores de participarem da elaboração do Projeto Político Pedagógico, conforme recomenda os textos legais. Os regimentos escolares, se encontram desatualizados. Dessa maneira, pode-se afirmar que a participação dos professores na elaboração do Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e Plano de Desenvolvimento da escola está em descompasso com o que estabelece a legislação e a atual situação das escolas pesquisadas.

4. As reuniões pedagógicas constituem-se como espaço de maior participação destacada pelos professores, colocando as questões do âmbito administrativo e financeiro a cargo da Direção e Conselho Deliberativo, remetendo à Direção das escolas como a responsável em favorecer em maior ou menor grau, a construção de relações participativas nas questões administrativa e financeira.

Apesar de ser essa a instância de maior participação dos professores, a maneira como as reuniões são realizadas não possibilita a reflexão da prática docente, a busca de alternativas pedagógicas coletivamente sobre os problemas enfrentados, e troca de experiências. Não se observam atividades de estudo de caráter coletivo. Os pontos de maior discussão são problemas de ordem disciplinar dos alunos e rendimento escolar.

#### 4. CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa confirmam as dificuldades presentes no processo de democratização da escola pública, a despeito do que se possa interpretar, à primeira vista, como sendo evidência de compromissos, seja por parte dos governos que se sucedem, seja por parte da comunidade escolar. Aí estão, de um lado, a legislação e o discurso oficial e, de outro, os pontos de vista da comunidade escolar, aturdida e perdida no cipoal de discursos e práticas contraditórios. Não há possibilidade de qualificar a gestão escolar como democrática. Há, no entanto, indícios de uma vontade de mudanças, se se considerarem as queixas, as manifestações de desencanto e de desejos não atendidos, revelados em tantos depoimentos coletados. As revelações deste estudo remetem ao questionamento sobre as intenções contidas nos meandros da política de gestão escolar efetivamente executada pelas secretarias de educação. Também nos levam a indagar se não seria oportuno ampliar o foco de atenção, incluindo os imponderáveis e as forças alheias ao campo educacional, para maiores esclarecimentos sobre as ameaças de insucesso, no processo de democratização da gestão escolar.

#### REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394 de 1996.

CARNEIRO, M.A. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva - artigo a artigo. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 16.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MATO GROSSO. **Mato Grosso mais forte**. Agenda da Educação, 2003. Disponível em: [www.seduc.mt.gov.br](http://www.seduc.mt.gov.br). Acesso em: 22 de julho de 2003.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes Educacionais**: Estado de Mato Grosso. Cuiabá: SEDUC, 1998.



## O PROCESSO DE NOMEAÇÃO DA IRMANDADE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE

Elaine Regina Franco – [elainefrancomagro@hotmail.com](mailto:elainefrancomagro@hotmail.com) (PPGL/UNEMAT)

Taisir M Karin – Orientador - [taisirkarim@hotmail.com](mailto:taisirkarim@hotmail.com) (PPGL/UNEMAT)

### RESUMO

Esta pesquisa está inscrita na Área de Concentração “Estudo de Processos Linguísticos”, na linha de pesquisa “Estudo dos Processos de Significação”, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística (PPGL), da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Tem como objetivo, desenvolver um estudo sobre o processo de nomeação da Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte, originária de Portugal, instituída nos estados brasileiros de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Bahia, no século XIX. As análises se darão pelo viés da teoria da Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Eduardo Guimarães, (2002). Para Guimarães (2007), trata-se de uma semântica que considera que “[...] a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação no acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2007, p. 90). Nessa perspectiva, analisamos o movimento de semantização dos nomes, tomando seu funcionamento como um modo de determinação histórica e social que produz sentidos – designações – para a Irmandade e seus membros. O corpus é constituído de documentos disponibilizados em sites; revista A Festa da Boa Morte – Caderno do IPAC2, de 2011; e Atas de reuniões da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, realizadas na sede da Irmandade, localizada em Cachoeira-BA. O funcionamento do nome é um modo de estabelecer a relação entre o passado da irmandade e o presente da enunciação, projetando novas enunciações e novos sentidos. Ao considerar as determinações sócio históricas do acontecimento em que o nome se dá enquanto nome, podemos dizer que a enunciação dá existência ao lugar e o significa.

Palavras-chave: Semântica do Acontecimento. Nomeação. Designação.

### 1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Há diferentes modos de ver e dizer do/sobre os espaços das Irmandades religiosas do Brasil ou em outros países. O percurso de pesquisa, a busca pelos saberes sobre as irmandades, o lugar de escuta nos instigou a dizer sobre este lugar de significações, espaço que provoca estranheza, recebe avaliações, interpretações, possibilita sentidos outros, espacializa saberes e inscreve uma história enunciativa de significação ímpar.

O nome Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte, significa a relação da linguagem com o mundo e se constitui no funcionamento da língua no acontecimento de linguagem. Nosso lugar de compreender a nomeação é pela linguagem, ou seja, a nomeação da irmandade, como objeto de interpretação, requer pensar sentidos para e na irmandade, e observar os seus processos de formação, seus percursos e condições de surgimento.

A escolha da temática justifica-se pelo interesse sobre os estudos do nome próprio e do processo de sua constituição, as análises, pontualmente, dirão como o funcionamento do nome



movimenta sentidos no processo constitutivo da identidade e dos sentidos do nome de uma irmandade no Brasil, a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte. Nesse sentido, justificamos esta pesquisa como um exercício de análise que objetiva contribuir para uma aplicação teórica e dos procedimentos analíticos desenvolvidos pelo linguista brasileiro Eduardo Roberto Junqueira Guimarães. Logo, a pesquisa tem como objetivo de analisar, na perspectiva da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 1995, 2002; 2011; 2018), a construção dos sentidos da nomeação nos espaços que particularizam a irmandade no Estado da Bahia, Brasil. A Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte que, originária de Portuga, instituída em alguns estados brasileiros, no século XIX.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O corpus desta pesquisa constitui-se dos seguintes documentos: depoimentos de irmãs e/ou membros e adeptos da Irmandade sobre a Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte, situada em Cachoeira-BA, disponibilizados em sites; revista Festa da Boa Morte – Caderno do IPAC2, de 2011; e Atas de reuniões da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, realizadas na sede da Irmandade, localizada na Praça D’Ajuda s/n., Cachoeira-BA.

As análises levam em conta os procedimentos propostos por Guimarães (2017, p. 58-59), considerando que para o autor, não se pode pensar em seguir a linearidade textual, pois trata-se de tomar recortes de texto, descrevê-los e interpretá-los; em segundo lugar, que a interpretação do texto parte da análise de um recorte que leva à consideração de um movimento de sentidos no texto, e que além disso, interpretar é atribuir sentidos a um texto, a seus elementos e a seu todo, na base da descrição de recortes do texto, levando em conta as relações que marcam a integração dos elementos ao texto e segundo a posição teórico-metodológica assumida.

Concomitante à análise do nome próprio da irmandade, examinamos as designações que significam os nomes que reescrevem Irmandade *Nossa Senhora da Boa morte*, por meio do dispositivo analítico Domínio Semântico de Determinação (DSD), que mostrará a relação dos sentidos desse nome com outros aos quais se relaciona do ponto de vista da semântica.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O nome Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte significa pelas designações, as quais se colocam em sua história enunciativa, determinando, pelos procedimentos de reescrituração e das relações de articulação, os sentidos de:

Na cena enunciativa do R1, tem-se então um falante, que ao ser agenciado, é tomado em Locutor e alocutor, e este se apresenta, a princípio, da perspectiva de um Ecol e ao ser agenciado pelo lugar do jurídico, se apresenta enquanto Euniv. O alocutor-secretaria fala agenciado por estas falas – enunciações – do alocutor-presidente, alocutor-advogada e ou do alocutor-irmãs que ‘dirigem’ e ‘decidem’ o que deve ser dito. O dizer do alocutor-secretaria relata os dizeres que decidem os atos da reunião. O nome Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte é reescriturado no R1 por condensação e/ou elipse, e por substituição por sinonímia. Essa análise permite afirmar que a proximidade entre as reescriturações por condensação e substituição e a questão do memorável faz com que no desenvolver do texto o Locutor deixe de usar – à medida que avançam os parágrafos – a reescrituração por repetição para reescrever “Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte” por apenas “Irmandade”, ou pela reescrituração por substituição em “Instituição”, “Casa da Boa Morte” e “casa”. Cada vez que é reescriturado o nome da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte por quaisquer dos mecanismos enunciativos mencionados acima a repetição deve ser interpretada como

diferente de si. As reescrituras do nome demonstram o agenciamento do sujeito que, no dizer de Guimarães (2009), “[...] não escolhe o modo de dizer algo, mas é agenciado a dizer” (GUIMARÃES, 2009, p. 50). O alocutor-secretaria pela enunciação do nome e suas reescrituras sustenta e determina os lugares da fé cristã e da fé africana vivenciadas pelo grupo de mulheres negras que compõem a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte;

No que se refere ao R2, o nome é reescriturado por condensação e ocorre uma elipse do título ‘Nossa Senhora’, que mesmo não sendo dito está significando Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte. Podemos dizer ainda, pelas relações de articulação por contiguidade do enunciado, significadas pela enunciação, ao estabelecer uma relação com os lugares de enunciação, e considerando o agenciamento do acontecimento que os termos Mãe de Jesus e N. Senhora se articulam e produzem um sentido específico de “ser católico”, o que queremos dizer é que esta articulação, ao funcionar nesse enunciado, argumenta para o lugar de dizer do fiel adorador de Nossa Senhora, ou seja, a Irmandade é afetada por este lugar da religiosidade cristã, esse movimento semântico toma contornos mais fortes se considerarmos a relação de articulação por coordenação construída com o nome da irmandade.

Os enunciados do R3a, b e c determinam o lugar da feminilidade da Irmandade da Boa Morte e como isto, pelos modos de articulação, sustenta este lugar. Considerando a relação de articulação entre os elementos linguísticos no enunciado temos um funcionamento que constrói sentidos para a Irmandade de N. Senhora da Boa Morte, instituição composta apenas por mulheres, e que determina a marca da feminilidade como condição para sua existência enquanto Instituição. As marcas as irmãs, Juíza Perpétua da irmandade, advogada da Irmandade, as eleitas e Ira. Presidente são expressões que sustentam o lugar da feminilidade da irmandade. No R3b a presença desta marca está na expressão Ata de reunião das Integrantes da Irmandade de N. Senhora da Boa Morte, o sintagma preposicionado das Integrantes designa quem são os membros da irmandade. Vemos isto também no R3c, a expressão todas as componentes marca e designa quem integra a Irmandade da Boa Morte. Esses funcionamentos passam a designar a formação exclusiva feminina como membro desta irmandade.

Há outro ponto central observado nos enunciados que compõem o R3. Pelas análises podemos dizer que pelas relações de articulação enunciativa que o acontecimento determina o lugar da prática do rito católico dispensado a Nossa Senhora. Os elementos linguísticos (R3a) cantaram e rezaram, no (R3b), cantaram um louvor a N. Senhora e no (R3c) rezaram, depois entoaram cânticos em louvor a N. Senhora da Boa Morte ao se articularem nos enunciados incidem sobre a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte. Essa relação de articulação nos textos determina os sentidos para a prática da celebração ritual das irmãs. Os acontecimentos em questão são determinados por essa relação de articulação que trazem as marcas verbais que indicam a ritualidade da Irmandade e constroem sentidos que significam a partir das histórias de enunciação das expressões apontadas nos recortes. São elementos que determinam o lugar que significa a fé católica de louvor a Nossa Senhora. O funcionamento semântico destas marcas linguísticas parece convergir para uma identidade semântica da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, à medida que a enunciação terceira (R3c) articula-se com o já dito no primeiro e segundo enunciados (R3a e R3b) e todos significam, para além de referir e sustentar o lugar do catolicismo, o lugar de devoção a Nossa Senhora, especificamente, a da Boa Morte.

#### 4. CONCLUSÃO

A nomeação Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte apresenta uma tessitura semântica. Move sentidos da pertença de um grupo de mulheres negras à religiosidade de dois povos: negros e brancos. Consideramos a nomeação e suas reescrituras como um 'índice' do passado da irmandade, mas que ao mesmo tempo, presentifica e determina novos sentidos. A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte é a inteireza deste nome e de um lugar que significa o entrelaçamento de uma África e um Brasil, sob uma dupla proteção e amparo: de um lado, uma Santa branca, representante feminina Cristianismo, especificamente, o do catolicismo, e de outro, os orixás africanos e antepassados ancestrais. O nome diz e determina uma movedura semântica, designando a grandeza da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte na cidade de Cachoeira-BA.

## REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.
- BASTIDE. Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1985, p. 171-172.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2005.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de texto**: procedimentos, análises, ensino. Campinas: Editora RG, 2012.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado de. **Devoção negra**: santos pretos e catequese no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Quartet; Faperj. 2008.
- QUINTÃO, Antônia Aparecida. **Irmandades negras**: outro espaço de lutas e resistência (São Paulo, 1870-1890). São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.
- REIS, João José. (org.). **Escravidão e invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.
- REIS, João José. (org.). **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.



## **NOMES DE ORIGEM INDÍGENA EM FORMAÇÕES NOMINAIS DE CIDADES DE MATO GROSSO: PERSPECTIVAÇÕES DE SENTIDOS**

Elisandra Benedita Szubris

Orientador: Prof. Dr. Taisir Mahmud Karim

elisandra.benedita@unemat.br

taisir@unemat.br

**PPGL-UNEMAT**

### **RESUMO**

Este trabalho busca compreender como os nomes de origem indígena se articulam e significam nas formações nominais de cidades/municípios de Mato Grosso oficializadas no século XX. Para o desenvolvimento desta proposta, filiamos-nos ao aporte teórico e metodológico desenvolvido por Dias (2016, 2018a, 2018b), na perspectiva da Semântica da Enunciação. Essa orientação teórica nos oportuniza abordar as razões enunciativas das articulações contraídas pelas formações nominais nos acontecimentos de linguagem que criam esses nomes. A perspectiva de acontecimento de linguagem vincula-se ao aporte teórico da Semântica do Acontecimento, desenvolvido por Guimarães (2005, 2018), para discorrer sobre a constituição do espaço de enunciação do Brasil. Para as análises foram selecionadas 40 formações nominais que articulam nomes de origem indígena em suas composições levando em consideração os distintos modos de formação: nomes com unidades simples, nomes compostos e nomes híbridos, e duas formações nominais que se apresentaram no processo de nomeação e renomeação do município de São José do Xingu. Tomamos como material analítico um conjunto de recortes de textos historiográficos coletados de bibliografia impressas e digitais e recortes de textos oficiais contemplados em diários, ofícios e mapas. Como procedimento de análise, mobilizamos enunciados dispostos em redes enunciativas (DIAS, 2018a), tomadas como rede de sentidos, que podem demonstrar a heterogeneidade das relações históricas e sociais que afetam a enunciação desses nomes. Como resultado, mostramos que a significação dos nomes indígenas nas formações nominais é mobilizada por perspectivas de sentidos que se dispersam entre os domínios dos referenciais históricos e das pertinências enunciativas.

**Palavras-chave:** Formação Nominal. Perspectiva de sentidos. Nomes indígenas.

### **1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS**

Esta pesquisa tem como objetivo observar como os nomes de origem indígena integram as formações nominais de cidades/municípios fundadas em Mato Grosso, no século XX. A motivação para o trabalho veio, a priori, pela observação de que os nomes indígenas têm um lugar de destaque nos estudos etimológicos, que buscam a origem e o significado dos nomes, contribuindo para um saber sobre a constituição morfológica e o seu processo de evolução; mas que apenas o saber sobre o léxico não é suficiente para que observemos o funcionamento desses nomes na língua em uso.

É interessante observar, que o trabalho de etimologização das palavras se coloca como utilitário para o conhecimento dos nomes decorrentes de uma linguagem estranha, busca-se o sentido verdadeiro ou o real significado. A nossa colocação se dá de modo distinto, pois pela abordagem enunciativa, podemos dizer que na nomeação, a significação do nome pode funcionar, sobretudo, pelo distanciamento de sua etimologia, pelos sentidos contraídos na enunciação desses nomes, sendo que a constituição de suas formas também pode ser afetada por esses sentidos.

Vejamos um dizer sobre a criação do nome da cidade mato-grossense *Canarana*:

R1- [...]pensei na flora amazônica e pedi que me fizesse imediatamente uma relação dos nomes de **plantas típicas da região**...gostei de nomes como buriti, açaí etc. Mas, de repente, um me chamou atenção: **Canarana**: Que é isso? – é um famoso capim da Amazônia, aliás o mais famoso. **Gostei do nome, pois lembrava Canaã, a Terra Prometida**. Toda aquela aventura já tinha um nome: **Projeto Canarana**... [Grifo Nosso].

Nesse dizer, podemos observar que o nome “Canarana” não significa na nomeação apenas por um processo descritivo do espaço (conter canarana), mas por um processo que expõe um fundo designativo perspectivado na enunciação do colonizador (lembrava Canaã). Essa observação nos motivou a investigar outros nomes de origem indígena que são dados às cidades em Mato Grosso, no século XX, procurando responder a seguinte questão: Como os nomes significam tendo em vista o movimento de filiação de sentidos aos referenciais históricos e às pertinências enunciativas que sustentam esses nomes na atualidade do dizer?

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para procurarmos responder a nossa questão de pesquisa, analisamos, no primeiro momento, enunciados recortados de diferentes textos: bibliografias históricas e oficiais e textos eletrônicos, que dizem sobre a constituição de 40 nomes nos processos fundacionais das localidades, levando em consideração as distintas composições e modos de articulação (intranominais, internominais e subnominais e, no segundo momento, apresentamos o processo de nomeação da cidade de São José do Xingu para observarmos como a identificação social com os nomes dados agregam sentidos socialmente pertinentes para a população local. Para tanto, nos orientamos pelo caminho que procura observar as articulações formativas dos nomes com vista à concepção de domínio de mobilização, que se constitui como “as articulações de sentido socialmente configuradas que determinam as formas expressivas na constituição de uma unidade significativa”. (Dias, 2018a, p.17).

Dispomos os enunciados em redes enunciativas, que é “um procedimento de demonstração das relações entre unidades articuladas, por meio de semelhanças e diferenças entre construções linguísticas” (DIAS, 2021, p.36). A elaboração de redes enunciativas permite que os nomes sejam concebidos não como palavras isoladas, mas como formadoras de enunciados que os integram, a partir dos processos de articulação que compõem as formações nominais e que expressam a integração do nome e da nominalidade como componentes dos enunciados.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No percurso de análise, pudemos observar, através dos modos de articulação entre nomes indígenas e nomes em língua portuguesa, que as formas da língua representadas pelos nomes próprios de lugar podem se constituir tendo em vista as relações linguísticas subjacentes ao processo de constituição das formações nominais. No exercício de análise das

formações nominais, que não pretendeu ser exaustivo, procuramos recortar os aspectos semânticos aos quais nos proporcionaram relacioná-los aos conceitos teóricos (referencial histórico e pertinência enunciativa) e visualizá-los nos movimentos que conduziram a significação dos nomes pela dispersão de perspectivas e de referenciais. Assim, foi possível observar, por exemplo, que os nomes de origem indígena quando integram as formações nominais significam a partir das relações de sentidos contraídas no acontecimento de enunciação, que mobilizaram as respectivas formas da língua.

#### 4 CONCLUSÃO

As análises das formações nominais de municípios mato-grossenses, que se configuram pela articulação de nomes de origem em línguas indígenas e nomes em língua portuguesa demonstram que a significação desses nomes representa, historicamente, o recorte das experiências sociais em que os falantes constituem as regularidades, que se condensam nas formações nominais designativas. As formas que se articularam seguem padrões morfossintáticos, relativamente estáveis, na língua portuguesa, no entanto, a significação dessas formas não é constituída nessa linearidade, mas na enunciação tendo em vista a temporalidade de um presente do enunciar relacionado com a memória.

#### REFERÊNCIAS

DIAS, Luiz. Francisco. **Os sentidos do idioma nacional:** as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil. Campinas: SP. Pontes, 1996.

\_\_\_\_\_. Nomes de cidades de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In: **Atlas os Nomes que dizem Histórias das Cidades Brasileiras:** Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase 1). Campinas, SP: Pontes Editores, 2016. p. 33-49.

\_\_\_\_\_. **Enunciação e Relações Linguísticas.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2018a.

\_\_\_\_\_. Identificações de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In: **Atlas dos Nomes que dizem Histórias das Cidades Brasileiras:** Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase 1). Campinas, SP: Pontes Editores, 2018b. p. 23-45.

\_\_\_\_\_. **O português brasileiro no cotidiano:** enunciação e ensino. 2021 (no prelo).

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento:** um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2. ed, 2005.

\_\_\_\_\_. **Semântica: Enunciação e Sentido.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

FERREIRA, João Carlos; SILVA, José de Moura e. **Cidades de Mato Grosso: origem e significado de seus nomes.** Cuiabá, 1988. p.43-44.



## PROGRAMAS DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NO BRASIL

Ingrid Moreno Mamedes- [ingridmamedes@hotmail.com](mailto:ingridmamedes@hotmail.com)  
Dr. Paulo Tarso Sanches de Oliveira- Orientador

### RESUMO

A falta de informações sobre os programas de pagamentos por serviços ambientais (PSA) no Brasil tem dificultado o intercâmbio de experiências, a adesão de investidores, o apoio jurídico e a construção de relacionamentos e critérios para uma contribuição efetiva à participação dos proprietários rurais. Para atender à essa necessidade de evidências, fizemos um panorama das iniciativas de PSA no país. Compilamos informações com base em revisão bibliográfica, dados fornecidos pela Agência Nacional de Águas e entrevistas com os representantes dos projetos. Com isso, foram encontrados 80 projetos de PSA que visam principalmente o reflorestamento e a conservação do solo e da água. Entretanto, apesar do elevado número de programas, há uma distribuição desigual entre os biomas brasileiros, pois a maioria deles se concentram nos biomas Mata Atlântica e Cerrado (nos estados de Minas Gerais e São Paulo) e apesar dos avanços em muitas dessas iniciativas, raramente possuem monitoramento das atividades conservacionistas adotadas. Observou-se também que o financiamento público tem predominado até o momento, porém pela carência de parceiros muitos programas encontram-se sem PSA. Dessa forma recomendamos maior engajamento do setor privado e um compromisso sustentado com uma abordagem baseada em evidências para aumentar a probabilidade de os programas atingirem seus objetivos.

**Palavras-Chave** – Restauração ecológica. Políticas Públicas. Mecanismo de incentivo.

### 1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

A expansão urbana, a pecuária e a agricultura intensiva afetam diretamente os recursos naturais e os ecossistemas, causando perda de vegetação nativa e consequente redução da quantidade e qualidade dos recursos hídricos (Strauch et al., 2013). Como resultado, muitas bacias ao redor do mundo experimentam a escassez generalizada de água, que afeta diretamente o bem-estar humano, gerando grande desafio de gerenciamento desse recurso (Liu et al., 2017).

Dessa forma, a prática de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) surgiu do desejo de lidar mais conscientemente com as compensações entre objetivos ambientais e de desenvolvimento. Os PSAs incentivam diretamente os proprietários de terras, os quais devem ser considerados peças-chave do processo, a adotarem um gerenciamento ambientalmente amigável. Tal atitude pode representar uma vantagem econômica, pois prevenir o dano ambiental, geralmente, é mais econômico do que remediá-lo (Olaet al., 2019).

No Brasil o conceito de PSA era relativamente desconhecido até o início dos anos 2000 - desde então, o país está passando por um "boom de PSA" (Pagiola et al., 2013). A maioria desses esquemas está relacionada ao campo da proteção dos recursos hídricos e foram introduzidos na região centro-sul, um tanto próspera, do país (Guedes & Seehusen, 2012).

No entanto, a ausência de estudos que abordem uma base de conhecimento mais ampla sobre estratégias para garantir financiamento, desenvolver apoio jurídico e construir relacionamentos e critérios de participação efetiva para os participantes, proporcionam dificuldade para novas implementações e para a efetividade dos programas implantados (Balvanera et al., 2012). Para preencher essa lacuna, mostramos um panorama dos programas de PSAs desenvolvidos no Brasil, identificando os locais de implantação, seus objetivos, atividades, valor e fonte de investimento. Além disso, discutimos os atuais desafios enfrentados por eles.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Compilamos informações sobre todos os programas de PSA criados no Brasil com base em levantamento bibliográfico, dados fornecidos pela Agência Nacional de Águas (ANA) e entrevistas realizadas por e-mail com os principais representantes de cada fundo de água que possuía conhecimento direto de objetivos, finanças, governança, atividades e monitoramento.

A revisão bibliográfica foi realizada por meio das bases de dados *Google Scholar* e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Priorizamos os artigos revisados por pares, mas devido à baixa disponibilidade de dados publicados sobre projetos de PSA, também consideramos publicações de literatura cinza.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A revisão sistemática resultou em 18 artigos revisados por pares, 8 livros, 6 anais de congressos, 11 Dissertações e Teses, 28 Documentos Governamentais e 22 sites (Agências, Instituições, ONGs, Municípios, etc.) Com isso, foram identificados 80 projetos de PSA, destes 54 (67, 50%) são incluídos no programa Produtor de Água e os demais incluídos em outros 23 programas: SOS Nascente, Bolsa Floresta, Programa de Desenvolvimento da Produção Familiar Rural Sustentável para a Amazônia (DSPFRA), Bolsa Verde, ProdutorES de Água, PSA Hídrico, FUNBOAS, Reflorestar, Oásis, Corredores do Vale, Mina d'Água, Pro PSA Gandu, Vinhedo, Produtor de Água do Rio Vermelho, Cercar para não Secar, Proteção da Mata Atlântica (PROMATA) e PSA Bacia do Rio Corumbataí.

O número de programas de PSA implementados no Brasil é alto quando comparado a outros países (Bennett & Carroll, 2014), mas apresenta uma distribuição desigual nos biomas brasileiros. A Mata Atlântica possui a maior parte dos programas de PSA (56,25%), seguido do Cerrado (36,25%), Amazônia (6,25%) e Caatinga (1,25%). Enquanto o Pantanal e Pampa ainda não apresentam programas.

Sendo assim, os estados de Minas Gerais (33,75 %) e São Paulo (22,50 %), concentram o maior número deles e estão reunidos principalmente na região da Cantareira, que é potencialmente o maior produtor de água para a região metropolitana de São Paulo, a cidade mais populosa do Brasil. Grande parte destes programas são financiados por órgãos públicos, principalmente pelas prefeituras municipais (90,79%), Agência Nacional de Águas (76,32%) e governos estaduais (50%). As ONGs também são parceiros atuantes (42,11%), enquanto as empresas privadas financiam apenas 31,58% dos programas levantados.

Como observado, até o momento, a maior parte dos financiamentos são públicos, o que mostra que tem sido uma estratégia fundamental para mobilizar recursos financeiros para os projetos. Contudo, atualmente número considerável de projetos existentes encontram-se com



pagamentos inativos por serviços ambientais (31,25%). Logo, é necessário o envolvimento e investimento do setor privado que esteja se beneficiando da geração de serviços ecossistêmicos, como por exemplo as usinas hidrelétricas. Estes parceiros devem ser previamente definidos no âmbito do arranjo organizacional do projeto para que não ocorra a falta de pagamentos e o programa funcione de forma efetiva.

Da mesma forma Hejnowicz et al. (2014), após revisar 23 programas de PSA na Ásia, América Latina América e África, pediram um maior envolvimento do setor privado em programas de PSA. Brouwer et al. (2011), de forma semelhante, afirmaram que a presença de intermediários tiveram um efeito significativo no desempenho ambiental dos programas.

#### 4. CONCLUSÃO

Apesar da escassez de informações, realizamos um panorama dos programas de PSA no Brasil com objetivo de fornecer informação sistematizada e atualizada para a população e para os órgãos públicos. Com isso, foi observado que há uma distribuição desigual dos programas nos biomas brasileiros. A maior parte dos recursos e assistência técnica oriundos do governo municipal e da ANA, entretanto, nota-se a necessidade de parceiros privados, pois muitos projetos se encontram atualmente com os pagamentos inativos.

Ao reunir e disponibilizar essas informações sobre os projetos desenvolvidos no país e evidenciar resultados importantes na restauração do meio ambiente, esperamos incentivar a participação de parceiros privados, novos proprietários rurais, informar a população sobre a importância desses incentivos, contribuir para a implementação de novos programas e servir de base para novos estudos, uma vez que muito tem sido feito, porém existem poucas publicações e informações disponíveis.

#### REFERÊNCIAS

Balvanera, P. et al. Ecosystem services research in Latin America: The state of the art. *Ecosyst. Serv.*, 2, 56–70, 2012.

Bennett, G., Carroll, N. Gaining Depth: State of Watershed Investment. 2014. Disponível em: [www.ecosystemmarketplace.com/reports/sowi2014](http://www.ecosystemmarketplace.com/reports/sowi2014)

Brouwer, R., Tesfaye, A., Pauw, P. Meta-analysis of institutional-economic factors explaining the environmental performance of payments for watershed services. *Environ. Conserv.* 38 (4), 380–392, 2011.

Guedes, F.B., Seehusen, S.E. (organizadoras). **Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios**. Brasília: MMA, 272 p. 2011. (Série Biodiversidade, 42).

Hejnowicz, A.P. et al. Evaluating the outcomes of payments for ecosystem services programmes using a capital asset framework. *Ecosyst. Serv.*, 9, 83-97, 2014.

Liu, J. et al. Water scarcity assessments in the past, present, and future. *Earth's Future*, 5, 545-559, 2017.

Ola, O. et al. Determinants of the environmental conservation and poverty alleviation objectives of Payments for Ecosystem Services (PES) programs. *Ecosyst. Serv.*, 35, 52-66, 2019.

Pagiola, S., Glehn, H.C.V., Taffarello, D. **Experiências de Pagamentos por Serviços Ambientais no Brasil**. Governo do Estado de São Paulo/ Secretaria do Meio Ambiente. São Paulo: SMA/CBRN. 2013.

Strauch, M. et al. The impact of Best Management Practices on simulated streamflow and sediment load in a Central Brazilian catchment. **Journal of Environmental Management**, 127, 2013.



## **SENTIDOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM MATEMÁTICA: CONTRIBUIÇÕES DO PNAIC EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE ARAPUTANGA/MT**

Jorcélia Erminia da Silva Carneiro - joerminia@gmail.com

Cláudia Landin Negreiros - clnegreiros@unemat.br

Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

### **RESUMO**

Este trabalho analisa os efeitos de sentido que ecoam nos discursos de professoras alfabetizadoras de uma escola estadual de Araputanga, Mato Grosso, em relação ao ensino de Matemática, após terem participado da formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) em 2014. Analisaram-se os discursos com base na Análise de Discurso francesa. As análises indicam que a formação efetivamente constituiu um divisor de águas no ensino da Matemática praticado pelas professoras. As mudanças destacadas foram em relação a maior segurança na condução das aulas e ao uso de jogos e objetos concretos no ensino dos conteúdos.

**Palavras-chave:** Formação continuada. Pnaic. Alfabetização matemática.

### **1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS**

Nesta pesquisa, serão apresentados recortes dos resultados de uma pesquisa de Mestrado sobre o processo de formação continuada ofertado pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) para a Disciplina de Matemática. Seguindo os procedimentos da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, principalmente com base nos trabalhos de Pêcheux (2009) e de Orlandi (2009), foram analisados os discursos de três professoras alfabetizadoras que atuam na rede estadual de ensino do município de Araputanga, Estado de Mato Grosso, e que receberam a formação do Pnaic no ano de 2014. Foram consideradas, principalmente, as percepções dessas professoras sobre as reais contribuições da formação para a prática pedagógica na Disciplina de Matemática.

Neste trabalho, o interesse pelo tópico da formação de professores está ligado, sobretudo, à intenção de compreender as possíveis contribuições do Pnaic para a práxis pedagógica das professoras cursistas. Considerando esse interesse, foi formulada a questão central que constituiu o problema da pesquisa: quais as contribuições do Pnaic Matemática de 2014 para possíveis mudanças nas práticas pedagógicas das professoras alfabetizadoras que ensinam essa Disciplina nos anos iniciais de uma escola estadual localizada no município de Araputanga? Assim, o objetivo geral proposto foi o de analisar os efeitos de sentidos que ecoam nos discursos dos sujeitos-professoras-alfabetizadoras (SPAs) em relação ao ensino de Matemática, após a formação continuada proporcionada pelo programa em questão.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa, foi adotada a abordagem qualitativa, uma vez que ela possibilita maior aproximação em relação ao objeto de estudo, disponibilizando uma base teórica que permitiu lidar com a perspectiva de quem participou ativamente da formação do Pnaic, de quem vivenciou todas as etapas propostas pela formação. Conforme afirmam Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa não objetiva testar hipóteses, e as questões investigadas não se explicitam mediante operacionalização de variáveis, o que permite a investigação dos fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural. Os autores destacam também que os depoimentos dos participantes da pesquisa, na produção de dados qualitativos, “privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos investigados” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 16).

Foram dois os instrumentos da pesquisa: questionários e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas em 2018. Esse instrumento foi usado de modo a dar voz às participantes e a posicioná-las como autoras de sua própria história. Foram feitas perguntas em relação às práticas pedagógicas das professoras antes e depois do Pnaic de 2014.

Participaram do estudo três professoras alfabetizadoras que fizeram parte do grupo da formação continuada do Pnaic, no ano de 2014, no município de Araputanga.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As falas reproduzidas apontam para o fato de que o Pnaic foi um Programa capaz de angariar grande aceitação e prestígio entre as professoras. Nos recortes destacados, pode ser identificada uma estrutura concessiva, que atenua os sentidos das dificuldades a que as entrevistadas aludem. SPA2 menciona que as dificuldades que sentiu estiveram relacionadas à sua própria relação com a Matemática, posicionando a culpa em uma razão pessoal, e não em algum aspecto que desabonasse o programa propriamente dito. Novamente, o contraste entre um “antes” e um “depois” é reforçado: no período que antecedeu o Pnaic.

## 4. CONCLUSÃO

As falas das professoras apontam para o caráter plural da formação do Pnaic, recebida em 2014, o qual atuou não só consolidando conhecimentos e modificando práticas, mas também conseguiu mobilizar fenômenos de ordem afetiva, modificando o modo como os cursistas se relacionavam com uma disciplina que é comumente rejeitada de modo generalizado, inclusive pelos próprios professores.

A partir dos resultados desta pesquisa, é possível traçar um retrato bastante positivo do Pnaic – pelo menos, em Araputanga. As análises mostraram que o Programa logrou uma grande aceitação entre os professores cursistas e que foi capaz de modificar percepções sobre o ensino da Matemática. Desse modo, existe claramente um “antes e depois” dessa formação, que se apresenta como um divisor de águas no contexto da formação continuada brasileira. As contribuições do Programa não se limitaram apenas ao domínio teórico ou da prática, pelo contrário, há um entrecruzamento de tais domínios nas falas das entrevistadas, o que aponta para uma superação dessa dicotomia.

## REFERÊNCIAS

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto, 1994.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados da ANA 2016 por estados e municípios estão disponíveis no Painel Educacional do Inep**. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2JttfLQ>. Acesso em: 22 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: vamos brincar de construir as nossas e outras histórias: ano 02, unidade 04** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

CUNHA, D. R. **A matemática na formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental: relações entre a formação inicial e a prática pedagógica**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática). Faculdade de Física, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CURI, E. **Formação de professores polivalentes: uma análise de conhecimento para ensinar matemática e de crenças e atitudes que interferem na constituição desses conhecimentos**. 2004. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

FIORENTINI, D.; NACARATO, A. M. (Orgs.). Eu trabalho primeiro no concreto. **Revista de Educação Matemática**, Sociedade Brasileira de Educação Matemática – Regional São Paulo, SBEM-SP, 2004.

GATTI, B. A. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 50, p. 51-67, out/dez. 2013.

GIL, A. C. **Didática do Ensino Superior**. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **População Araputanga - ano 2018**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2018.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MUNIZ, C. A. **Educação e linguagem matemática**. Brasília: Universidade de Brasília. Centro de Educação a distância, 2009.

NACARATO, A. M. A escola como locus de formação e de aprendizagem: possibilidades e riscos da colaboração. In: FIORENTINI, D.; NACARATO, A. M. (Org.). **Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam Matemática: investigando e teorizando a partir de prática**. São Paulo: Musa Editora, 2005.

OLIVEIRA, S. C.; GOMES, C. F. **Ludicidade e adolescência**. Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br/opiniao/opiniao.asp?entrID=3>. Acesso em: 12 ago. 2008.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

PIAGET, J. **Inteligencia y afectividad**. Buenos Aires: Aique, 2005.



## DEPRESSÃO EM PROFESSORES: UM ESTUDO SOBRE FATORES DE ADOECIMENTO E POSTURAS DE ENFRENTAMENTO

Marcelo Pedro Marinho -[marcelopmarinho@gmail.com](mailto:marcelopmarinho@gmail.com)  
Alessandra Rocha de Albuquerque -[arochoa@p.ucb.br](mailto:arochoa@p.ucb.br)

### RESUMO

Estudos científicos demonstram o transtorno depressivo como um dos fatores comportamentais mais expressivo de afastamento do trabalho, considerado pela OMS como o segundo maior fator incapacitante para o trabalho no mundo. Esse diagnóstico está também presente na classe de trabalhadores da educação, objetivo desta pesquisa, tendo como público-alvo – os professores da rede pública do município de Vilhena, Rondônia, com comportamento depressivo. A Análise do Comportamento é a abordagem da psicologia que norteou a pesquisa neste processo investigativo, por meio de metodologia de análise de documentos e questionário aplicado com os professores, identificando e descrevendo os fatores ambientais em comum nos resultados, entre os professores afastados com licença para tratamento de saúde por depressão, a partir do relato dos próprios pesquisados sobre os fatores relacionados ao trabalho que contribuíram com o conjunto de comportamentos que culminaram na depressão. Concluindo, apresentando dados que demonstraram uma radiografia dos tratamentos existentes e dos comportamentos ora adotados no enfrentamento dos processos de tratamento da depressão pelos professores.

**Palavras-Chave:** Comportamento Depressivo. Professor. Enfrentamento da Depressão.

### 1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Muito se tem discutido a respeito dos fatores relacionados ao aparecimento e aumento da depressão em diversos grupos sociais na atualidade. De acordo com dados da OPAS/OMS (OPAS, 2018), estima-se que o número de pessoas com depressão esteja também aumentando comparativamente a outros transtornos mentais, sendo que a estimativa de desordens mentais não fatais registradas na esfera global, é de 30%. No Brasil a depressão lidera o *ranking* dos transtornos mentais acometendo 5,8% da população. Numa análise epidemiológica, o transtorno depressivo tem apresentado uma alta incidência dentre todos os transtornos psiquiátricos, com aproximadamente 17% de prevalência, na população mundial.

Dentre os grupos sociais acometidos pela depressão, encontram-se os profissionais do segmento educacional, público-alvo do presente estudo.

O desempenho da profissão de professor sofreu profundas mudanças, porém, “esse processo não foi homeostático” (DA SILVA; DE CARVALHO, 2016, p. 113). Os autores corroboram esta realidade, com base em pesquisa referente à depressão em professores

universitários frente ao impacto das relações de trabalho no ambiente laboral, onde fatores ambientais têm promovido reforçadores negativos, agravados por condições de trabalho precárias, com resultados desfavoráveis ao labor do ensino e, em alguns casos, resultando em consequências que incapacitam o profissional para sua atividade, dentre estes, os casos diagnosticados com depressão.

Muitas vezes, sem condições de aguardar o atendimento público para tratar casos de depressão, os docentes são impelidos para tratamentos médicos particulares, onde se constatou valores praticados que oneram o seu orçamento, sendo comum consultas médicas custarem R\$ 500,00 (quinhentos reais) em média, em municípios do Estado de Rondônia.

Face o exposto, tem-se como objetivo geral desta pesquisa, descrever os fatores relacionados ao trabalho que professores, afastados com diagnóstico clínico de depressão, atribuem ao seu processo de adoecimento e posturas de enfrentamento, analisando-os a partir da perspectiva da Análise do Comportamento. Outro objetivo desta, foi apresentar dados referentes aos índices de afastamento por depressão entre professores durante a pandemia do município de Vilhena, Rondônia.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo teve como público-alvo professores, servidores efetivos lotados nas 20 escolas municipais (do 1º ao 5º ano), município de Vilhena, Rondônia. Dentre estes, os que tenham gozado de Licença para Tratamento de Saúde (LTS), por motivo de depressão, no período entre janeiro de 2016 a dezembro de 2021.

Participaram do estudo 12 professores efetivos do ensino fundamental da rede municipal, que gozaram de LTS por motivo de depressão. Os participantes, além de autodeclararem-se com depressão, foram incluídos no estudo a partir dos seguintes critérios: ser servidor concursado para o cargo há mais de cinco anos e ter atuado ou estar atuando no ensino fundamental. Os critérios de exclusão utilizados foram, de professores: contratados (não concursados) pelo município, que estiverem aposentados, os readaptados em período anterior a janeiro de 2016 e profissionais que estiveram ou estão atuando em creches municipais.

Utilizou-se um questionário semiestruturado inserido na plataforma do site [workspace.google.com](https://workspace.google.com) (google.docs), com o grupo de docentes que se autodeclararam com episódio de depressão e com LTS. O instrumento foi estruturado a partir de três eixos, totalizando 29 questões: 1) perfil sociodemográfico, 2) informações laborais e 3) informações de saúde e estratégias de enfrentamento.

Com a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética de Pesquisa (CEP), com parecer número 5.143.489 e CAAE: 52845921.8.0000.0029, início do mês de dezembro de 2021, foi realizado contatos nas escolas municipais com os membros da diretoria, coordenação pedagógica e professores das 20 escolas, explicando-se a temática e os objetivos de pesquisa desta dissertação e com disponibilização do questionário *online* do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE), para preenchimento (participação) pelos professores (público-alvo).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### **Índices de afastamento por depressão entre professores durante a pandemia.**

Os dados levantados na prefeitura de Vilhena, referentes aos afastamentos de professores para LTS com depressão, durante o período da pandemia, evidenciaram o aumento dos índices de afastados por depressão do primeiro para o segundo ano, um aumento de 75% no ano de 2021 em relação ao ano de 2020. Corroborando com estes dados Souza,

Novais, Zirpoli(2021) evidenciaram, em pesquisa longitudinal realizada com 554 professores em quatro países, onde os dados indicaram que no início da pandemia houve o aumento dos níveis de depressão e ansiedade no decorrer das semanas “(semanas 1-2=39,9%, semanas 3-4=50,7%, semana 5 em diante=51,3%), e que os níveis de Qualidade de Vida [QV] e stress se mantiveram os mesmos de antes da pandemia ou apresentaram piora” (Ibidem, p. 9).

Os professores apenas com diagnóstico de depressão ficaram afastados em média 1,04 meses do trabalho (M = 1,75 (2020) e 0,33 (2021)) e, os docentes com outras comorbidades além da depressão ficaram afastados, em média, por 5,96 meses (M = 6,00 (2020) e 5,92 (2021)), ou seja, os docentes com outras comorbidades, além da depressão, apresentaram um período cinco vezes superior de tempo de afastamento LTS daqueles (docentes) que apresentaram apenas à depressão.

### **Estratégias de enfrentamento dos professores afastados por depressão.**

No que concerne ao levantamento das estratégias de enfrentamento dos professores afastados por depressão, evidenciou-se que três estratégias apresentaram prevalência, sendo a terapia psicológica (91,7%) com maior incidência, depois a consulta psiquiátrica e o tratamento medicamentoso, ambos com 75%; outras com menor prevalência: a realização de atividades físicas (exercícios), técnicas de relaxamento, relações afetivas e melhoria da autoconfiança, estas com 8,3%.

Dentre as estratégias elencadas para os participantes, citadas por outros estudos, o tratamento conjunto psicológico e psiquiátrico foram os mais frequentes (58,3%) e a procura por tratamento psicológico unicamente e fantasiar sobre como a situação se desenvolveria de outras formas (fuga) as menos frequentes (16,7%).

A totalidade dos participantes realizou o tratamento psicológico no setor privado/particular e, em sua maioria (72,72%) relataram satisfação com o tratamento recebido. 54,54% dos professores responderam terem ficado satisfeitos com o tratamento e 18,18% muito satisfeitos.

### **Principais fatores atribuídos por professores, relacionados ao trabalho, que têm levado servidores desta categoria ao adoecimento por depressão.**

Na primeira pergunta, sobre estes fatores, cinco respostas apresentaram maior percentual, sendo: a falta de equipamentos e recursos pedagógicos (58,3%), o excesso de carga de trabalho (41,7%), a política educacional de desvalorização do trabalho docente (33,3%), a falta de apoio na escola frente as posturas de pais de alunos (que geram conflitos) e a crescente violência em sala de aula foram apontadas pelos respondentes (25%). Com percentual menor, os problemas externos no contexto familiar(16,7%).

Na segunda pergunta, sobre fatores de adoecimento, com opções de respostas direcionadas a fatores relacionados à depressão de professores descritos em outras pesquisas, cinco fatores foram indicados por mais de quatro professores (percentual acima de 40%), citados em ordem decrescente: a política educacional de desvalorização do trabalho docente (83,3%), o excesso de carga de trabalho (66,7%), a insatisfação com as condições de sala (materiais, estrutura etc.) de aula (58,3%), a falta de equipamentos e recursos pedagógicos (50%) e os baixos salários dos professores (41,7%).

Com relação ao fator excesso de carga de trabalho, segundo relato dos pesquisados, constatou-se que eles labutam carga horária de trabalho de 58,58 horas (média) por semana ( $m = 60,0$ ;  $DP = 11,79$ ).

## **CONCLUSÃO**

Feito as análises sobre os resultados, percebe-se que há espaço para novas pesquisas e/ou ações que suscitam a reflexão sobre os fatores de adoecimento e estratégias de tratamentos



diagnosticadas, a partir dos relatos/respostas dos próprios professores possibilitando um olhar da análise funcional dos comportamentos envolvidos neste processo.

Os dados da pesquisa evidenciam o comportamento depressivo de professores nas escolas, constituindo uma realidade na práxis docente que carece de atenção e monitoramento visando a articulação de possíveis políticas públicas interventivas e preventivas de valorização da saúde, em especial da saúde mental destes profissionais da educação.

## REFERÊNCIAS

DA SILVA, Thais Rodrigues; DE CARVALHO, Eliane Alicrim. **Depressão em professores universitários: uma revisão da literatura brasileira.** Uningá Review, [S. l.], v. 28, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://revista.uninga.br/uningareviews/article/view/1840>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Portfólio de cooperação técnica OPAS/OMS.** Representação no Brasil. 2ª Edição. Brasília, D.F.: OPAS; 2018. Disponível em: <<https://iris.paho.org/handle/10665.2/34872>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

SOUZA, Maria Eduarda Iglésias Berardo de; NOVAIS, Nathaly Maria Ferreira; ZIRPOLI, Bianca Berardo Pessoa. **O Impacto da pandemia por Covid-19 na saúde mental dos professores: revisão sistemática da literatura.** Orientador: Nathaly Maria Ferreira Novaes. 2021. 26 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade Pernambucana de Saúde – FPS. Recife, PE., 2021. Disponível em: <<https://tcc.fps.edu.br/handle/fpsrepo/1158>>. Acesso em: 14 jun. 2022.



## **CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: ESPAÇO PÚBLICO DEMOCRATIZADOR?**

PASUCH, Márcia Cristina Machado  
marciacmachado@hotmail.com

TORRES, Artemis  
[niartorres@gmail.com](mailto:niartorres@gmail.com)

### **RESUMO**

Esta pesquisa teve como objetivo investigar o papel dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) no processo de construção da Gestão Democrática da Educação Pública, considerando a legislação que favorece e incentiva a sua emergência, a densa discussão acerca da gestão democrática do ensino e o processo de construção do Sistema Nacional de Educação (SNE). Para tanto, apresentou-se relevante compreender como tem sido a constituição, a trajetória política e atuação desses colegiados. Na pesquisa, de tipo qualitativo, a coleta de dados foi realizada em fontes bibliográfica e documental (leis, normas, regimentos, pareceres), assim como em pesquisa de campo (observação e entrevistas abertas). A principal referência foi o processo dos CMEs de Mato Grosso. Conteí com a colaboração de 12 sujeitos, todos com ligação direta com conselhos, seja no exercício de mandato de conselheiros ou na atuação como assessores. Todos os sujeitos entrevistados reconhecem os CME como importante instrumento no processo de democratização da educação, encontrando-se em curso a sua construção enquanto um espaço político-educativo.

**Palavras-chave:** Educação. Conselhos Municipais de Educação. Democracia.

### **1. INTRODUÇÃO E OBJETIVO**

O reconhecimento de que os estudos sobre os Conselhos Municipais de Educação no cenário nacional e, singularmente, em Mato Grosso eram ainda incipientes e os questionamentos possibilitados pela vivência como conselheira, no Conselho Municipal de Alta Floresta, me conduziram ao desejo de aprofundar os estudos sobre o papel político dos Conselhos Municipais de Educação na construção da gestão democrática da educação. Os conselhos de educação, e, particularmente os CMEs estão inseridos numa realidade complexa, de interesses antagônicos, em que há defesas de distintos projetos educacionais. Nesta direção, Gramsci ao desenvolver a filosofia da práxis nos convida a “Investigar a realidade sociopolítica na sua complexidade e tentar compreender suas dinâmicas” (SEMERARO, 2006, 15). Assim, o objetivo do trabalho foi investigar o papel dos Conselhos Municipais de Educação (CME) no processo de construção da Gestão Democrática da Educação Pública, considerando a legislação que favorece e incentiva a sua emergência.

### **2. METODOLOGIA**

Este estudo teve como base de sustentação o materialismo histórico com uma abordagem qualitativa. Na definição das categorias tive em consideração aquelas que a literatura aponta como eixos centrais para o desvelamento da problematização proposta: conselhos, democracia, educação, participação, descentralização, autonomia, Estado. Referenciei-me teoricamente em estudos de pesquisadores com trajetória no esquadramento do tema proposto, ou ainda na discussão das categorias analíticas previamente eleitas. Assim, socorri-me dos seguintes estudiosos: Maria da Glória Gohn, Artemis Torres, Genuíno Bordignon, Maria Victoria Benevides, Antônio Bosco de Lima, Luiz Fernandes Dourado, Francisco Fernández Buey, Giovanni Semeraro e Antonio Gramsci, basilares neste processo investigativo. A observação do contexto da educação nacional, em que se inserem: a construção do Sistema Nacional de Educação; o processo político vivenciado na preparação da CONAE e a participação dos conselhos neste processo; os encontros realizados pelos conselhos de educação; conduziram-me ao diálogo com alguns sujeitos militantes e intelectuais da educação que tiveram importante papel no processo de democratização da educação pública e na constituição dos CMEs. Interessou-me o que pensam e o que defendem estes sujeitos no que concerne aos CMEs no cenário da Educação Nacional. Uma opção que se desenhou a partir do conhecimento dos pressupostos gramscianos acerca dos intelectuais orgânicos e sua *práxis* educativa, cujo substrato é a realidade. Conteí com a colaboração de 12 sujeitos. Utilizei como instrumento para a coleta de dados a entrevista semiestruturada, perspectivando possibilitar aos entrevistados condições de liberdade para expressarem seus pensamentos e disponibilizarem informações. Tal opção ancorou-se na flexibilidade deste instrumento que permitiu conjugar meu interesse de pesquisadora com a livre expressão do entrevistado (BODGAN; BIKLEN, 1994; LÜDKE; ANDRÉ, 1986; MINAYO, 1994).

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da propalada afirmação da necessidade de o conselho firmar-se como órgão de Estado procurei esclarecer que somente a identidade de conselho de Estado pode não significar muita coisa, quando se pensa numa relação de autonomia entre governo e sociedade civil. O diferencial será efetivamente o modo como se comporta o colegiado na sua dinâmica interna e externa. Lembrando que o Estado burocrático que temos instituído é um Estado que defende os interesses da burguesia, não havendo preocupações efetivas com a elevação das classes subalternas. O Conselho neste contexto pode assumir uma feição de órgão de Estado comprometido com a manutenção do *status quo*, ou ao contrário tensionar permanentemente para a alteração do mesmo. Assim, constatei que o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, criado em 1963, manteve-se à margem do processo de luta pela democratização da educação no Estado, posto que este colegiado, assumia uma feição formalista, de órgão de governo, composto por sujeitos de “notório saber”. Portava-se como órgão assessor, burocrático, cartorial, distanciado das necessidades e demandas populares. Um conselho respondente aos princípios e determinações dos governos em curso. Legitimador. Um contrassenso num estado que se destacou no cenário nacional na luta pela democratização. Nesta investigação descobri que não existe atualmente no Brasil um retrato aproximado da realidade dos CMEs: quantidade, composição, com ou sem sistema de educação municipal, com câmara do Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS) integrada, etc. O quadro dos CMEs é um verdadeiro mosaico, com variadas cores e tonalidades. O instrumento criado pelo Ministério da Educação, Sistema de Informação dos Conselhos Municipais de Educação, apresentou-se insuficiente, posto que não há elementos comprobatórios das informações fornecidas pelos municípios. Por sua vez, a União Nacional dos Conselhos

Municipais de Educação (UNCME), que poderia dispor de informações mais próximas do real carrega consigo todas as fragilidades que acompanham a realidade dos CMEs, dentre as quais a ausência de recursos financeiros para custear qualquer ação, o que lhe dificulta sobremaneira a realização de uma dinâmica orgânica de trabalho. Os dados da UNCME apontam que, no cenário dos 141 municípios matogrossenses, há sistema próprio instituído em apenas 17 deles, e, tão somente em quatro, o Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) se integra ao CME como Câmara. Dois pontos analisados: sistema municipal de educação e o CACS/Fundeb integrado ao CME, com relação aos sistemas municipais de ensino, este estudo mostra que pode constituir-se num instrumento de emancipação do município no que se refere à construção de suas políticas educacionais, no processo de normatização e também no processo de negociação com o estado acerca das responsabilidades de cada ente federado. Não obstante, entre os sujeitos investigados não há consenso quanto à instituição de sistemas em todos os municípios. Quanto ao CACS/Fundeb vir a integrar-se como câmara ao Conselho Municipal de Educação, observo que ao caminhar pelas análises, esta necessidade ficou patenteada no momento da interlocução com alguns dos sujeitos entrevistados. Estes advogaram em favor desta junção, argumentando a necessidade de convergência entre a discussão orçamentária e a política pedagógica. Merece relevo mencionar que este é um aspecto que não alcançou convergência entre os pesquisadores, tampouco entre os conselheiros; as dessemelhanças se fizeram evidentes, marcando assim o movimento das teses e antíteses, que podem emanar uma síntese em meio às discussões e tomadas de decisões. Ponho-me em defesa da junção. Avalio que favorece a compreensão da totalidade e encorpa, empodera mais o conselho para interferir no momento de definição das políticas, dos investimentos. Não obstante, creio ser pertinente a realização de balanços que possam auxiliar numa melhor avaliação deste processo. A formação de conselheiros evidenciou-se como permanente demanda, tanto pela constante rotatividade de conselheiros como pela complexidade da função. Outro aspecto digno de atenção é que no CME não há representação direta, então a vinculação do conselheiro representante com seu segmento é fator primordial no estabelecimento de uma gestão participativa, para legitimar sua ação de conselheiro que de fato atua como ponte entre seu segmento e o conselho.

#### 4. CONCLUSÃO

A atuação dos CMEs está diretamente relacionada à qualidade política dos sujeitos que compõem hegemonicamente este colegiado. Muitas vezes o fato de o CME estar “nas mãos” do executivo, significa que não desenvolve um papel político qualificado no sentido de formação política e moral dos subalternos, uma vez que se coloca isolado, sem articulação, sem diálogo, constituindo-se como um coletivo que se perde em pequenas rusgas, na “pequena política”. Defendo a tese de que os CMEs são instrumentos com potencial democratizador e que a revelação desta potencialidade está marcada pela qualidade dos integrantes deste conselho, de como estes sujeitos compreendem seu papel, e, mais ainda, como desempenham sua função, haja vista que no desempenho desta função é que vai sendo moldada a forma, o modo de atuar do coletivo. Falo de um coletivo formado por um conjunto de sujeitos individuais integrantes de um outro coletivo que no conselho se faz representar. Ações como publicações em jornais, audiências públicas, fóruns de debates, articulação com os conselhos escolares e outros setores da sociedade, seções itinerantes, são algumas possibilidades para que o CME rompa com o estigma de conselho burocrático, cartorial. Enfim, para que um CME assuma um papel político educativo, democratizador, há que compor-se de sujeitos (individuais e coletivos) imbuídos deste espírito. O CME é um

espaço político educativo que tem sua ação, sua atuação pautada pelos grupos que nele detêm hegemonia. Não há conselho em si, constituído a priori, este também é construído de acordo com interesses que são acolhidos ou extirpados em sua trajetória de luta. Na contemporaneidade fragmentada, individualista, midiaticizada se inserem os CME, que podem ter o papel educativo político para além de sua função instrumental burocrática. Os CME compõem a estrutura estatal, mas este é um espaço conquistado e de conquistas, de modo que não detém um valor em si, mas seu quilate será estabelecido por sua existência real, concreta.

## REFERÊNCIAS

BOGDAN R. C.; BIKLEN S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BORDIGON, G. **Gestão democrática do sistema municipal de educação**. In: Município e educação. Brasília: Cortez, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, v. 1. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LUDKE, M.; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In **Pesquisa social, teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade Civil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.



## **O DIÁLOGO NO PROCESSO PEDAGÓGICO PARA A EDUCAÇÃO EM VALORES HUMANOS**

Maria Madalena dos Santos - madaprof75@gmail.com  
Orientador: Prof. Dr. Luiz Síveres - luiz.siveres@gmail.com

### **RESUMO**

Este estudo tem como tema O Diálogo no Processo Pedagógico para a Educação em Valores Humanos. Pertence à linha de pesquisa relacionada ao processo educacional e formação docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília (UCB). O objetivo geral é pesquisar as implicações do diálogo nas práticas pedagógicas, para a promoção de uma educação em valores humanos no Ensino Fundamental de uma escola da rede pública estadual. A metodologia adotada foi uma pesquisa de abordagem qualiquanti, com procedimentos metodológicos de entrevista e questionário. Participaram da entrevista sete professoras do III Ciclo 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental da rede pública de ensino e 122 alunos responderam ao questionário. A análise dos dados buscou averiguar as percepções das professoras e alunos sobre o diálogo como instrumento de acolhimento na prática pedagógica para construção de valores humanos na educação, com base nos estudos de Bardin (2016).

**Palavras-chave:** Diálogo. Valores humanos. Práticas pedagógicas.

### **1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS**

O presente trabalho está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília (UCB), na linha de pesquisa Processo Educacional e Formação de Professores. A pesquisa está pautada em argumentações que abordam a importância do diálogo no processo de ensino e aprendizagem na construção de valores humanos.

Compreende-se que o ambiente escolar é um espaço em que se dividem experiências e se constroem as aprendizagens, um lugar fabuloso e facilitador para o despertar da curiosidade, da criticidade e da autonomia do educando, conduzindo-o à construção do seu conhecimento por meio de estímulos do professor. Dessa forma, é um ambiente propício, que promove um relacionamento interpessoal favorável ao desenvolvimento humano, por isto, é louvável o repensar e cultivar uma metodologia que consiste em edificar o caráter do aluno desde a sua infância. Tardif e Lessard (2014, p. 252) afirmam: “não podemos esquecer que o saber escolar não é passado como um objeto puramente cognitivo, mas também se constrói, sempre, como um projeto para impor uma cultura a outras pessoas”. É importante ressaltar a tarefa do professor na construção de uma metodologia que aponte para uma educação em valores humanos, que permita a construção de uma cultura que consinta a autorrealização do

indivíduo como um todo, e atenda às necessidades do meio.

Ao analisar a ausência de valores numa atitude espontânea nos ambientes, defrontamos com conflitos e indisciplina, reafirmando a violência escolar. Para Parsons (1961 *apud* ROS, 2006, p. 27), o “Valor é uma concepção, explícita ou implícita, distintiva de um indivíduo ou característica de um grupo sobre o desejável, que influencia a escolha das formas, meios e fins existentes de ação”. Sendo assim, pretendeu-se com este trabalho promover uma autorreflexão aos educadores, pois que os desentendimentos que acontecem em muitas áreas da educação são recorrentes em razão da ausência de um trabalho pontuado pelo diálogo, que ressalta a importância dos valores humanos existentes em cada pessoa, sobretudo, sendo este uma ferramenta indispensável para um bom relacionamento entre as pessoas. Para Síveres (2015, p. 61), “O ser humano é um ser de palavra e isso demanda, por sua vez, uma estrutura e uma dinâmica mais horizontal”. Portanto, não é favorável eximir a discussão conceitual e pedagógica em torno do mesmo, pois o diálogo é o ponto de equilíbrio em todo relacionamento, e facilita a efetivação da aprendizagem. Entretanto, percebe-se a ausência desta prática no contexto educacional, como apontam Branco, Freire e González (2012, p. 38):

Os educadores assumem que existem códigos universais ideais que regem as relações entre as pessoas e não se mobilizam para observar, identificar e analisar as contradições, conflitos e incoerências inerentes aos contextos interativos vivenciados de forma cotidiana.

A escola desde a sua constituição se tornou o ponto de referência para o ensino e aprendizagem, a qual contribui na construção do conhecimento dos alunos. Acredito que a prática pedagógica em valores humanos tem uma expressão significativa acerca do mundo que habitamos, ela vai muito além do planejamento. A interação comunicativa é um espaço de construção humana que leva o indivíduo à expressão de sua identidade dialógica, centrada em si mesmo, mas que se constrói com um diálogo permanente, que surge na completude com o outro. Para Freire (2005, p. 91) “a relação professor-aluno se dá de forma dialógica, em uma relação intercomunicativa, na qual ambos desenvolvem uma relação horizontal de respeito”. Neste sentido, o profissional não pode estagnar-se, sendo simplesmente um executor de tarefas, mas ele deve buscar a sensibilidade profissional, para a realização de um trabalho relevante e significativo para a aprendizagem.

E as práticas pedagógicas dos professores são de suma importância na formação continuada pois que, “parece banal, mas um professor é, antes de tudo, alguém que sabe alguma coisa e cuja função consiste em transmitir esse saber a outros.” (TARDIF, 2005, p. 31). O saber docente o torna apto para assumir a posição mediadora, garantindo a liberdade de expressão dos sentimentos que envolvem os educandos.

Esta pesquisa tem como objetivos geral: Pesquisar as implicações do diálogo, nas práticas pedagógicas, para a promoção de uma educação em valores humanos no Ensino Fundamental de uma escola da rede pública estadual de Araputanga-MT. Objetivos específicos: Identificar as implicações do diálogo no processo pedagógico para a formação em valores humanos; Verificar a relevância de relacionamentos dialogais, presenciais e tecnológicos, para promover a formação em valores humanos entre professores e estudantes; Indicar, com base em práticas pedagógicas, aspectos que podem contribuir com o diálogo para promover a formação em valores humanos.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao longo da trajetória desta pesquisa, as técnicas utilizadas foram entrevistas e questionários. Estas técnicas recolheram as respostas das questões que foram formuladas na

elaboração do projeto, apontando para os objetivos propostos no presente trabalho de investigação.

A opção pela pesquisa de abordagem mista, ou seja, qualitativa e quantitativa, se definiu pelo fato desta apresentar particular relevância quanto ao conhecimento das relações sociais para a análise do processo dialógico no ensino e aprendizagem, que necessita de um trabalho multidisciplinar e a unidade dos métodos. Conforme apontam Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 552), as premissas de ambos os paradigmas podem conviver ou se entrelaçar e combinar com teorias substantivas; portanto, integrar os métodos quantitativos e qualitativos não só é possível, como é conveniente.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES.

O diálogo, numa concepção voltada para a prática pedagógica, oferece aos estudantes oportunidades de acesso à cultura da paz, ampliando suas capacidades e experiências, no relacionamento interpessoal que os leva diretamente à oportunidade de viver em harmonia consigo mesmo e com os demais, de modo que eles possam viver com autonomia, sendo capazes de fazer inferências na realidade. Síveres (2021, p. 29) reitera que “o diálogo é uma disposição de acolhimento do outro, uma relação de interação com a alteridade e uma proposição comunitária, para, em conjunto, os sujeitos do diálogo se empenharem na construção de uma cultura de paz”.

Para conhecer a percepção a respeito do desenvolvimento pessoal e social dos alunos com relação à aprendizagem das competências e a resolução de problemas, a utilização do diálogo como ferramenta de aproximação ou distanciamento do acesso ao desenvolvimento intelectual dos mesmos foi fundamental. Nos dados obtidos, é possível afirmar que os sujeitos da pesquisa definem o diálogo como uma ferramenta de aproximação e um meio eficaz para a superação dos desafios de aprendizagem, bem como para estabelecer um relacionamento interpessoal harmonioso com o educando e sua família.

Para assumir uma sala de aula com a finalidade de promover encontros que vislumbrem mudanças, é preciso exercitar o diálogo, como princípio de confiança. Então, basta pensá-lo e praticá-lo como ferramenta que une os profissionais, alunos, famílias e a sociedade, levando-os a experimentar e viver uma vida harmoniosa.

A ação de educar parte da premissa de ser uma prática de interação humana. Por mais planejada e organizada que seja, acontecem alguns percalços em sua trajetória, o trabalho neste contexto tem as suas características próprias que exigem inovação, pois a sua matéria-prima é o aluno, uma vez que “[...]ensinar é trabalhar com seres humanos, sobre seres humanos, para seres humanos.” (TARDIF; LESSARD, 2014, p. 31). Nesses termos, o objeto de trabalho docente possui características próprias e diversificadas, com mudanças repentinas e exige um intercâmbio humano pautado na ética e afetividade entre professor e aluno.

Ao concluir a análise, ficou evidente que as professoras ainda sentem dificuldades para lidar com a prática envolvendo o tema valores humanos no seu fazer pedagógico, pela diversidade cultural em sala, reforçada com a forte ausência da família em muitos casos. Por outro lado, buscam diversificar as práticas em sala de aula exercitando a empatia, utilizando a ludicidade, mas a chegada da pandemia veio acompanhada de desafios estimulando a sensibilidade e o medo, com um panorama desafiador, mas de grande aprendizagem; entretanto, as participantes da pesquisa sentem que a humanização on-line não foi tão possível e eficaz na prática.

Pensar valores nesse contexto seria devolver atitudes plausíveis ao desenvolvimento humano no contexto coletivo da escola, de maneira que haja uma aprendizagem individual e as ações passem a ser reconstruídas e reorganizadas pelos sujeitos que aprendem, em um



movimento contínuo de modo que os educandos possam criar hábitos com o saber que está sendo trabalhado no fazer pedagógico da escola.

As práticas pedagógicas se situam neste relacionamento interpessoal desde o planejamento e a estruturação da dinâmica das ações propositadas para estimular o aprendizado e o interesse dos alunos, dentro e fora da sala de aula. Nessa perspectiva, o reconhecimento e a valorização da educação deve ser parte integrante do legado da sociedade, pois o ensinar e o aprender fazem parte da natureza humana, e se desenvolvem por meio de ações contínuas dos educadores.

Nesse cenário, faz-se necessário um resgate contínuo das práticas antecedentes como alicerce das inovações em busca de uma educação libertadora, firmada em bases sólidas.

Para atender às demandas educacionais um adequado currículo escolar é imprescindível, mas, com uma estrutura adaptável, para atender às necessidades dos alunos no processo de aprendizagem, pois serve como um norte para o trabalho dos educadores, uma vez que bem elaborado, conduz à evolução na aprendizagem da instituição. Desse modo, ele funciona como um guia de todo o processo.

Nestes termos, a escola tem grande importância e responsabilidade de dar vida ao currículo, comprometendo-se em contribuir na formação do cidadão, pois é por intermédio do mesmo que as crianças constroem vínculos e fazem a experiência da socialização. Há a percepção de que a escola já tem algumas iniciativas favoráveis, mas existe o desejo de ter um grupo que abrace os valores humanos como uma ferramenta habitual em suas práticas.

Ao falar desta reserva de valores, na possibilidade de mudança, é importante a (re)conexão consigo mesmo, aguçar o desejo de estabelecer uma relação consigo, com a natureza e com os semelhantes. Neste sentido, a escola busca evidenciar esta prática em seu fazer pedagógico. Isso foi possível perceber quando se arguiu os alunos quanto à promoção do diálogo para formação de valores humanos na escola. E a maioria dos envolvidos na pesquisa confirmou a existência dessa prática.

#### 4. CONCLUSÃO

Para desenvolver um trabalho pedagógico que apresente mudanças, sugere-se à equipe gestora, conforme o entendimento dos anseios das professoras, que busque formar um corpo docente preocupado com valores humanos, bem como promover a socialização de todos, direção, coordenação e funcionários, num processo de ajuda mútua de humanização e de postura dialógica. Nesta perspectiva, importa promover encontros formativos que possam assessorar os docentes na mediação de conflitos em sala de aula, envolvendo alunos e família na execução de projetos voltados à prática dialógica de valores humanos.

Sob esse foco, acredita-se na importância da educação como meio para promover a liberdade humana, com o exercício da prática pedagógica humanizada, que traga a paz e aproximação da comunidade escolar, assim como, na força profissional quando todos estão imbuídos em prol do mesmo objetivo de proporcionar um ensino crítico-libertador, pautado no diálogo que conquista a confiança e, assim, promove o aluno como protagonista de sua história no processo de ensino e aprendizagem.

#### REFERÊNCIAS

BRANCO, A. M. C. U. A.; FREIRE, S. F. C. D.; GONZÁLEZ, A. M. B. Ética, desenvolvimento moral e cultura democrática no contexto escolar. *In*: BRANCO, A. M. C. U. A.; BONICI, R. M. C., JUNIOR, C. F. A. **Medindo a satisfação dos estudantes em relação à**

**disciplina on-line de Probabilidade e Estatística**, São Paulo, SP, abril, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 69 ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

ROS, M. Psicologia social dos valores: uma perspectiva histórica. *In*: ROS, M.; GOUVEIA, V. V. (orgs.). **Psicologia social dos valores humanos**: desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados. São Paulo: Senac, 2006. p. 23-53.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013

SÍVERES, L. **Encontros e Diálogos Pedagogia da presença, proximidade e partida**. Brasília, DF, Unesco, 2015.

SÍVERES, L.; LUCENA, J. I. de L. (orgs.). **Diálogo na perspectiva da Fraternidade**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2021.

SÍVERES, L. Diálogo – um sentido para a educação. *IN*: SÍVERES, L.; LUCENA, J. I. (orgs.), **Diálogo**: Uma perspectiva educacional. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2019.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução: João Batista Kreuch. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.



## **A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A PRÁTICA DOCENTE: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA**

Rejane Loffler - rejaneloffler99@gmail.com

Orientadora: Pricila Kohls dos Santos - pricila.kohls@gmail.com

### **RESUMO**

O presente estudo insere-se na linha de pesquisa Processo Educacional e Formação de Professores e tem como objetivo geral analisar as contribuições da formação continuada para a prática docente de professores que atuam com estudantes com deficiência, mais especificamente nas práticas pedagógicas dos professores da rede estadual do ensino regular. Para alcançar os objetivos propostos, adotou-se a abordagem qualitativa de natureza descritiva e exploratória, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas a professores regentes, atuantes na educação especial inclusiva, e tendo como cenário da investigação escolas estaduais de Mato Grosso. Os sujeitos são cinco professoras regentes que atendem turmas com alunos especiais, localizadas na zona urbana do município de Cáceres, estado de Mato Grosso. Nesse contexto, é compreendido que, por meio da formação do professor, se possa oportunizar a integração da teoria com a prática com a possibilidade de ter diferentes suportes que valorizam o direito do aluno no ensino regular. Também mostrou os desafios das novas práticas docentes em favor da disseminação da cultura digital, que é necessária ser inserida com maior dinamicidade através das práticas pedagógicas e políticas públicas que a sociedade atual demanda, em decorrência da difusão digital provocada pela pandemia.

Palavras-chave: Educação. Especial. Inclusiva.

### **1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS**

O presente trabalho versa sobre a educação especial inclusiva na perspectiva da formação continuada e prática docente. Nessa direção, a educação especial é o ramo da educação voltado para o atendimento e educação de pessoas com alguma deficiência, em instituições de ensino regulares ou ambientes especializados. Conforme exposto em seu Art. 58, a educação especial é a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Lei nº 12.796, de 2013).

Assim, os objetivos da educação especial são os mesmos da educação em geral. O que difere, entretanto, é o atendimento, que passa a ser de acordo com as diferenças individuais do aluno. Desenvolve-se em torno da igualdade de oportunidades, atendendo às diferenças individuais de cada criança através de uma adaptação do sistema educativo. A formação continuada na perspectiva inclusiva visa à necessidade de formação profissional adequada para atender demandas específicas de alunos, em contextos educativos, acompanhadas de sustentação teórico-prática e que reflete em mudanças no atuar docente.

Com o direito de inclusão do aluno, imputou à escola o dever de contar com profissionais que estejam capacitados para a tarefa educativa, notadamente, o professor, é o ator estratégico na efetivação das políticas e dos programas educacionais.

Na atualidade, a inclusão escolar de alunos na educação especial está presente em todos os níveis de ensino. Evidenciando, assim, a relevância do processo de aprender como fato, acima de tudo, social. De certo modo, essa é a maneira pela qual os indivíduos são moldados para agir de acordo com padrões culturais de uma sociedade, sendo a escola não apenas para aprender conteúdos, mas para entender as normas sociais e como se portar em sociedade. Além disso, ela prepara o indivíduo para conviver em coletividade e agir conforme os padrões culturais e éticos estabelecidos, sendo um espaço que tem contribuído para promover a formação integral do cidadão. Nesse sentido, esta proposta de estudo surgiu a partir de observações de práticas vivenciadas no campo educativo e que trouxeram alguns questionamentos, discussões e reflexões.

Levando em consideração aspectos e fatores que conduzem o professor a sentir a Educação Inclusiva como um desafio para o processo de ensino e de aprendizagem, a presente pesquisa buscará responder ao seguinte problema de pesquisa: “De que forma os cursos de formação continuada contribuem para a atuação de professores com estudantes com deficiência em sala de aula?”. Para responder ao problema proposto, apresento, a seguir, o objetivo geral e objetivos específicos.

**Objetivo Geral** Analisar as contribuições da formação continuada para a prática docente de professores que atuam com estudantes com deficiência.

**Objetivos Específicos** - Conhecer as oportunidades de formação continuada, com vistas ao atendimento de estudantes com deficiência, proporcionadas pela escola aos professores. Verificar se os docentes realizam cursos de formação continuada visando à qualificação da sua prática pedagógica inclusiva. Analisar, na visão dos professores, a importância da formação continuada para a qualidade da prática docente com estudantes com deficiência. Refletir sobre os desafios do processo de educação inclusiva na prática do professor.

## **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A presente pesquisa utiliza a abordagem de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório. Uma vez que seu foco está no caráter subjetivo do objeto analisado, que busca compreender o comportamento do educador, estudando as suas particularidades e experiências individuais, entre outros aspectos os entrevistados são estimulados a se sentirem à vontade para dar sua opinião sobre assuntos relacionados com o objeto de estudo. Para Demo (1995, p. 32), a pesquisa qualitativa enfatiza os “[...] aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”, pois enfatiza a interpretação do objeto, levando-se em consideração o contexto pesquisado. Nessa perspectiva, a pesquisa qualitativa costuma ser realizada quando o objetivo do estudo é entender o porquê de determinados comportamentos. Além de compreender e interpretar comportamentos e tendências, o instrumento também é usado para identificar hipóteses para um problema e descobrir as percepções e expectativas dos educadores sobre a prática docente inclusiva e a formação docente. Este trabalho foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Brasília-UCB, no segundo semestre de 2021.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Durante a pesquisa foi possível perceber a necessidade de articulação das Instituições de Ensino com a escola como mediadora, contribuindo em ofertar formação continuada que fortaleça a prática inclusiva, unindo teorias que orientem essa prática, trazendo leituras que

propiciem a conscientização/reflexão dos professores sobre a importância de fazer chegar o aprendizado para todos com equidade. Entende-se que a formação continuada em serviço se faz necessária e que esta deve desenvolver nos professores a consciência do lugar que ocupam, e a compreensão de que a Escola pública necessita de práticas pedagógicas inclusivas, sem segregar e sem excluir para que seja possível efetivar os objetivos propostos no atendimento às especificidades dos alunos.

Percebo, ainda, que é fundamental na formação docente discutir a importância e necessidade de uma articulação dos planejamentos e práticas entre professores do Atendimento Educacional Especializado e da classe comum, afinal, os alunos com ou sem necessidades educacionais especiais não são responsabilidade de um ou de outro, com maior ou menor grau de importância, mas eles são alunos da escola e, portanto, responsabilidade de todos.

Outro ponto relevante é o pós-pandemia, pois o que se espera é que as novas dimensões da tecnologia na educação, amparadas pelas políticas públicas do Estado em seus diferentes níveis e esferas (federal, estadual, municipal), determinadas pelas demandas socioculturais e econômicas, assumam um papel cooperativo e propulsor para a difusão do conhecimento a todos. Abrange a desafios das novas práticas docentes em favor a disseminação da cultura digital, que é necessário ser inserida com maior dinamicidade através das práticas pedagógicas que a sociedade atual demanda.

#### **4. CONCLUSÃO**

A partir do exposto, avalia-se que em termos de formação profissional para uma educação inclusiva, a sociedade está plenamente abrigada pelas legislações e as difundem nas mais variadas esferas da mesma, contudo, tais normativas ainda não atingiram o nível procedimental esperado, uma vez que o saber-fazer docente ainda é incipiente e pouco expandida na formação inicial e continuada, o que resulta na deficiência da aquisição de habilidades necessárias, por meio de experiências que se configuram num elemento essencial para a mudança da prática, sendo isso que fará a diferença dentro de uma sala de aula, ou seja, a análise dos dados apontou para a necessidade de ampliação do debate sobre o fazer docente para a construção de uma escola inclusiva.

Nesse viés, a formação continuada pode representar o espaço/tempo de aprimoramento do conhecimento docente, junto ao processo de aprendizagem dos alunos com deficiência, contribuindo na construção da autonomia dos professores para a tomada de decisões pedagógicas diante da realidade vivenciada na sala de aula. Identificamos que o ensino remoto trouxe a oportunidade de descobrir e inovar vivências pedagógicas entre professores e alunos conjuntamente e têm se desenhado novos caminhos, metodologias, alternativas para aprender e ensinar de forma interativa e colaborativa, em que a qualidade está condicionada a diversas variáveis que impactam nas oportunidades de acesso às tecnologias, de desenvolvimento de habilidades e de participação nas dinâmicas da cultura digital, e atinge diretamente todos os níveis de ensino e classes sociais.

#### **REFERÊNCIAS**

**BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** São Paulo: Saraiva 2000.

**BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1995.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2012.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien: UNESCO, 1990.



## **PNAIC: FORMAÇÃO E PRÁTICA DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES NO ENSINO DA MATEMÁTICA PARA ALUNOS SURDOS**

Renata Aparecida de Souza: [renatalibras78@gmail.com](mailto:renatalibras78@gmail.com)  
Maria Elizabete Rambo Kochhann: [beterambo@gmail.com](mailto:beterambo@gmail.com)  
Nilce Maria da Silva: [nilcem@gmail.com](mailto:nilcem@gmail.com)

### **RESUMO**

Este trabalho é um recorte da dissertação de Mestrado da primeira autora, teve por objetivo compreender discursivamente quais foram as efetivas contribuições do PNAIC para a formação dos professores alfabetizadores atuantes no ensino da Matemática para alunos surdos. Optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa com base metodológica na Análise de Discurso de linha francesa. O corpus desta pesquisa foram alguns recortes dos Cadernos de Alfabetização Matemática do PNAIC, trabalhados no ano de 2014. Os resultados apontaram para uma formação discursiva que produz um efeito de silenciamento sobre o ensino da Matemática para os sujeitos surdos. Houve também um sentido de incompletude em relação às reflexões necessárias para o desenvolvimento de competências a serem adquiridas pelos professores que lidam com o público em questão. Compreendeu-se que o programa de formação continuada ofertado pelo programa contribuiu efetivamente pouco para a formação dos sujeitos alfabetizadores.

**Palavras-chave:** Formação continuada de professores. Libras. Matemática.

### **1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS**

É sabido que a realidade do contexto escolar é bastante diversa, constituída por alunos com diferentes características, sejam elas relacionadas a questões étnicas, intelectuais, físicas, culturais, sociais ou linguísticas. Por isso, é também preciso pensar a problemática da alfabetização considerando esse cenário diverso. Entre os casos que requerem atenção particular, está o do alunado público-alvo da Educação Especial que faz parte da Educação Básica. Há, portanto, a necessidade de se discutir a Educação Especial nas escolas brasileiras e as especificidades da alfabetização desse público. Nesse sentido, as escolas se deparam não apenas com a tarefa de incluir os alunos público-alvo da Educação Especial, mas também de proporcionar condições de desenvolvimento pleno a esses educandos, garantindo, de fato, uma Educação de qualidade, independentemente de suas características físicas, intelectuais, cognitivas, sensoriais e sociais.

Neste trabalho, discutiu-se a demanda de políticas públicas da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, direcionando-se o olhar, mais especificamente, para os alunos surdos, porque, além de eles fazerem parte do processo inclusivo da Educação Básica, utilizam uma língua de espaço/visual, diferente das línguas orais. Trata-se da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Nesse sentido, para atender às especificidades desse alunado, deve-se pensar diretamente a formação dos professores que lidam com esse público, seja ela inicial seja continuada. Reflexo dessa preocupação foi o Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), lançado pelo Governo Federal em 2012. Trata-se de um compromisso firmado entre o Distrito Federal, os estados e municípios no sentido de proporcionar a alfabetização, em tempo oportuno, ou seja, dos seis aos oitos anos de idade, a 100% das crianças brasileiras. Esse Programa buscou assegurar que meninos e meninas estivessem aptos a não apenas ler e escrever, mas, sim, a interpretar diferentes gêneros textuais, de diversas áreas do conhecimento. Em relação ao aprendizado da Matemática, o PNAIC buscou propor estratégias que levassem os alunos a adquirirem competências que os permitissem superar a simples decodificação dos números, promovendo a proficiência nas resoluções de questões envolvendo as quatro operações básicas. Para tanto, a Alfabetização Matemática foi abordada na perspectiva do letramento (BRASIL, 2014).

Considerando essas informações, a pesquisa teve por objetivo compreender discursivamente as contribuições do PNAIC na formação de professores para o ensino da Matemática para alunos surdos. Como objetivos específicos, o estudo pretendeu analisar os efeitos de sentidos presentes nas tecituras dos cadernos de Matemática e de Educação Inclusiva do PNAIC, voltados para a formação de professores para o ensino de Matemática para alunos surdos, e compreender como as atividades propostas pelo PNAIC, materializadas no caderno de Matemática, promovem o ensino de Matemática para esse público específico.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, considerando que, segundo Minayo (2001), esse tipo de pesquisa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais amplo de relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Ademais, pelo fato de este trabalho investigativo lidar com a materialidade discursiva de uma política pública de formação continuada dos professores alfabetizadores, mais especificamente com o PNAIC, ele se enquadra como uma pesquisa documental.

Para a análise dos dados, usou-se o construto teórico e metodológico da Análise de Discurso de linha francesa, que teve início nos anos 1960 e foi criada por Michel Pêcheux. No Brasil, Eni Orlandi foi uma grande divulgadora e estudiosa da teoria. Considerou-se, neste trabalho, que o *corpus* para Análise de Discurso não é fechado, mas poderá ser considerado provisório e flexível, ou seja, ele se constrói na/pelas análises.

Com o objetivo de esclarecer as perguntas que direcionaram a pesquisa, pretendeu-se, discursivamente, evidenciar os sentidos que circulam nas tecituras dos cadernos do PNAIC referentes a uma formação continuada que sujeitos professores da rede pública de ensino receberam no ano de 2014. As discussões privilegiam aspectos que contemplem o ensino da Matemática para o sujeito surdo. Entendeu-se que a constituição do *corpus* de pesquisa é obtida sob a visão do próprio analista do discurso, por meio de um processo de gestos de interpretação que vão sendo construídos, observando as palavras e formando um sentido para o texto.

Desse modo, atentaram-se para alguns recortes discursivos no caderno de Educação Inclusiva em relação às discussões da Educação Especial que esteve presente no material do PNAIC no ano de 2014, cujo foco de análise foi a textualidade sobre a inclusão escolar, especificamente os textos que trataram das questões relacionadas aos sujeitos surdos e à formação continuada do sujeito professor alfabetizador. Essa ação permitiu evidenciar os sentidos que circularam sobre os sujeitos alfabetizadores e os sujeitos surdos, pensando também a inclusão, o ensino e a aprendizagem da Matemática.



### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O caderno do PNAIC que discute a Educação Inclusiva passou por algumas alterações em relação à estrutura da página inicial, quando comparada à dos cadernos que abordam o tema de Alfabetização Matemática. Os cadernos de Alfabetização Matemática foram elaborados por temáticas e separados numericamente, de um a oito. Em seguida, apresentam-se os títulos de cada um desses oito cadernos: Caderno 1: “Organização do trabalho pedagógico”; Caderno 2: “Quantificação, registros e agrupamentos”; Caderno 3: “Construção do sistema de numeração decimal”; Caderno 4: “Operações nas resoluções de problemas”; Caderno 5: “Geometria”; Caderno 6: “Grandezas e medidas”; Caderno 7: “Educação Estatística”; e o Caderno 8: “Saberes Matemáticos e outros campos do saber”. Todos esses cadernos seguiram uma estrutura inicial para a abordagem de cada temática. Assim, os cadernos iniciavam as discussões com o seguinte título: “Iniciando a Conversa”. Abaixo desse dizer, seguia-se uma parte introdutória, situando o leitor e relacionando o tema proposto ao ensino e à aprendizagem dos alunos com relação aos conteúdos Matemáticos. Logo em seguida, eram apresentados os objetivos do caderno.

O caderno de Educação Inclusiva também apresenta o dizer “Iniciando a Conversa”, seguido de um quarteto do poeta Mario Quintana sobre o tópico dos defeitos. Para o poeta, os defeitos são aquilo que diferencia um indivíduo dos demais e, ao contrário do que se possa pensar, eles devem ser cultivados precisamente por isso. Os defeitos são “benditos”.

Logo após o texto de Quintana, passa-se diretamente para os objetivos do caderno da Educação Inclusiva. O propósito da formação é, assim, informar sobre aspectos legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; traçar também encaminhamentos sobre os alunos da Educação Especial; ampliar o conhecimento dos professores a respeito da inclusão e do atendimento educacional especializado (AEE), proporcionar conhecimentos para promover o acesso, a participação e a aprendizagem, sugerindo práticas pedagógicas de Alfabetização Matemática para alunos com necessidades específicas em um trabalho que considere as diferenças.

Comparando esses dois tipos de cadernos, pode-se perceber que há uma ruptura na estrutura do texto e em sua finalidade. O texto dos demais cadernos de Matemática, que tem por objetivo apresentar o tema para o leitor, não figura no caderno da Educação Inclusiva. Esse deslocamento permite pensar em uma ausência de sentidos; há uma falta, que é a de situar o leitor, deixando-o confortável em relação ao tema que será abordado. Pereira e Mutti (2011, p. 827) lembram que, “numa dada conjuntura histórica frente a um dado acontecimento, aquilo que é dito demais, aquilo que é dito de menos e aquilo que parece não caber ser dito num dado discurso, constitui-se numa via possível”. Essa falta vem agregada também a um silenciamento sobre os objetivos em relação aos conteúdos de Matemática para a Educação Inclusiva.

### 4. CONCLUSÃO

Os resultados apontaram para uma formação discursiva que produz um efeito de silenciamento das pessoas surdas com relação ao ensino e à aprendizagem, ao mesmo tempo em que os sentidos deslizam para um nivelamento, tendo como parâmetro os ouvintes.

É importante notar que, durante quase 100 anos, as línguas de sinais foram proibidas. Essa memória ainda ecoa no presente, pois os materiais analisados mostram uma normatização das pessoas surdas inseridas em uma sociedade de ouvintes. Isso ajuda a perpetuar um imaginário ideal de “aluno único”, que partilha as mesmas realidades sociais e educacionais.

A proposta de formação do PNAIC para os sujeitos professores alfabetizadores produziu um sentido de invisibilidade, de silenciamento, de transferência de responsabilidades, bem como um sentido de incompletude quanto às reflexões necessárias para o desenvolvimento de competências a serem adquiridas pelos professores de alunos surdos. Esses professores precisam estar em um contínuo aprendizado, aperfeiçoando suas práticas pedagógicas e também reestruturando os saberes para dar lugar a uma Educação realmente mais inclusiva.

### REFERÊNCIAS

BRASIL, PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: **Educação Inclusiva**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2014.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PEREIRA, A. E.; MUTTI, R. M. V. O analista de discurso em formação: apontamentos à prática analítica. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 817-833, set./dez. 2011. Disponível em: Acesso em: 10 jan. 2018.



## **SOCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A DOCÊNCIA E A PEDAGOGIA DO TRABALHO ASSOCIADO CAMPONÊS PARA A AUTO-ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE**

Sandra Maria Soares - UnB [sandramariasrs@gmail.com](mailto:sandramariasrs@gmail.com)  
Loriége Pessoa Bitencourt - UNEMAT [loriege.pessoa@unemat.br](mailto:loriege.pessoa@unemat.br)

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a dissertação intitulada *A Docência Camponesa na Escola Estadual Madre Cristina e a Pedagogia do Trabalho Associado Camponês para a auto-organização da juventude do Assentamento Roseli Nunes*, fruto da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEduc, no Curso Mestrado em Educação, cursado entre 2018 a 2020, na Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Campus Universitário “Jane Vanini”, localizado na cidade de Cáceres-MT, inserida na linha de pesquisa: Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas, e nos estudos, orientações e trabalho colaborativo do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Docência - GFORDOC, que visa contribuir com estudos e pesquisas para a Docência Camponesa e a Pedagogia do Trabalho Associado Camponês, enfatizando a auto-organização da Juventude Camponesa no Assentamento Roseli Nunes.

**Palavras-Chave:** Docentes Camponeses. Educação do Campo. Produção Social do Conhecimento.

### **1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS**

A socialização dos conhecimentos produzidos é essencial, possibilita a divulgação do trabalho realizado no espaço acadêmico, como também contribui com outras pesquisas e reflexões sobre a temática abordada. Acreditamos que os resultados e as discussões aqui apresentados podem contribuir para que outros estudos aprofundem sobre a formação e a docência camponesa, visto que é um debate necessário na materialidade da Educação do Campo, que na atualidade tem sido um campo de constantes ataques por falta de investimentos públicos diante deste sistema neoliberal.

Nesse sentido, com base nos dados produzidos fica evidente que a pesquisa realizada tem sua relevância científica, mas também possui uma grandeza pedagógica e histórica, pois foi realizada com Docentes Camponeses, Jovens e formadores, que lutaram e lutam por um território conquistado pela ousadia de sonhar e resistir em coletivo no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), cidadãos que foram se constituindo no processo formativo desenvolvido na luta. Neste processo, observa-se que os Docentes Camponeses vão se constituindo sujeitos, educadores populares, profissionais a partir da experiência, dos saberes camponeses, do movimento contínuo de formação e da realidade vivida.

A pesquisa foi construída e elaborada coletivamente, na universidade, no grupo de pesquisa, no Assentamento e nos grupos sociais organizados. E durante as reflexões e as

ações da pesquisa foi possível o diálogo, definindo e trilhando cada etapa, desde a elaboração do projeto até a escrita e apresentação da dissertação.

A dissertação teve-se como objetivo compreender como a docência na Escola Estadual Madre Cristina desenvolve a Pedagogia do Trabalho Associado Camponês e contribui para a auto-organização da Juventude Camponesa do Assentamento Roseli Nunes, buscando responder a seguinte questão-problema: Como a Docência Camponesa desenvolve a Pedagogia do Trabalho Associado Camponês e de que modo contribui para a auto-organização da Juventude Camponesa no Assentamento Roseli Nunes? A realização do estudo embasou-se nos seguintes autores: Zart (2006; 2012), Arroyo (2012), Tardif e Lessard (2014), entre outros.

## **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A abordagem centra-se na pesquisa qualitativa, caracterizando-se como pesquisa-ação, visando compreender as ações de mobilização e formação realizadas no período de 2015 a 2020. Após a aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso - CEP/UNEMAT e do parecer de que não havia restrição ética para o desenvolvimento da pesquisa as ações foram organizadas de modo que a participação dos docentes camponeses, formadores e juventude do Assentamento pudessem construir relações sociais e a produção social do conhecimento, e envolveram entidades — Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE e o Centro de Tecnologias Alternativas - CTA, Universidades – Universidade Estadual de Mato Grosso - UNEMAT e Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, Igrejas – Santa Luzia e Santos Reis e a Associação Regional de Produtores Agroecológicos.

Os dados produzidos foram analisados com base nos eixos de análise que constituem o estudo, a partir da realidade vivenciada e observada, tendo como base interpretativa de análise as ações que envolveram reuniões, encontros, rodas de conversa e entrevistas. Na análise constatou-se que os Docentes Camponeses são sujeitos em movimento, que vivem a docência nas escolas do campo e desenvolvem práticas pedagógicas relativas à vida campesina, que têm uma forte relação com a terra e com o território e reconhecem a importância da Pedagogia do Trabalho Associado Camponês para a auto-organização da juventude do Assentamento.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os docentes camponeses vinculados ao MST, mesmo sem a formação acadêmica universitária, ou seja, sem graduação, e que participam da formação permanente e coletiva, valorizam as vivências campesinas e os sujeitos em suas dimensões sociais, políticas e culturais. Isso torna o processo de ensinar e aprender no campo um desafio diferente das demandas da educação tradicional sobre a formação de professores. E Galvão e Bitencourt (2017, p. 11) enfatizam:

[...] discutir a formação de professores implica em revisar a prática pedagógica, refletir sobre a necessária articulação entre teoria e prática e rever as trajetórias profissionais como possibilitadoras de aprendizagem sobre a profissão, significando também entender que as experiências vivenciadas no contexto da sala de aula configuram um elemento fundamental para o desenvolvimento pessoal e profissional (p. 11).

Nesse sentido, considerando a complexidade do processo da formação de docentes camponeses na atualidade para o desenvolvimento da prática pedagógica e dos saberes

docentes, destacamos a importância de se pensar sobre a formação em uma abordagem que vá além da acadêmica, que envolva outros saberes relacionados ao campo, e que fortaleça a identidade camponesa, tanto pessoal quanto profissional.

A Docência Camponesa é fortalecida quando se reconhece o sujeito do campo como diferente, não como antônimo ou sinônimo do docente que trabalha na cidade, mas como alguém que, além de ensinar os conteúdos curriculares, tem a intencionalidade do aprender as questões e a realidade ligadas ao campo e à cultura camponesa.

Nesse processo, os docentes camponeses contribuem, participam e motivam os jovens para participar dos projetos que são desenvolvidos para a auto-organização da juventude e aprendizagem do Trabalho Associado Camponês. Conclui-se que os atores que participaram da pesquisa têm uma identidade coletiva e buscam, por meio de uma educação problematizadora, superar os conflitos e lutar por uma sociedade mais justa e solidária.

#### 4. CONCLUSÃO

Ressaltamos que a dissertação não encerra em si as discussões e a pesquisa, que continua agora no doutoramento na Faculdade de Educação na Universidade de Brasília-UnB, na linha de pesquisa Educação Ambiental e Educação do Campo e que a continuidade da pesquisa e dos estudos sobre esta temática possibilita muitos outros questionamentos, como também possibilidades de avanço que nos movem e nos motivam para buscar novos caminhos e aprendizados, especialmente nos dias atuais, em que a nossa alternativa é a resistência, a luta e o enfrentamento.

Somente um povo que conhece a sua história e a sua realidade é capaz de contrapor, de pensar e acreditar na capacidade de absorver, transformar e desenvolver novos conhecimentos, para que não mais repitamos a nossa triste história de exclusão e do direito à educação aos povos camponeses, mas que possamos construir algo novo, que se efetive de fato, na prática. É preciso seguir lutando, resistindo, estudando e nos formando. É preciso estarmos organizados em coletivos e em diálogo permanente para a transformação da realidade.

#### REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Formação de educadores do Campo. In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B, ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. 2 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular. 2012.

GALVÃO, F. N. S. BITENCOURT, L. P. Pedagogia universitária e formação pedagógica do docente universitário: contributos para um ensino de qualidade e possíveis mudanças na universidade. In. **Relva**, Juara/MT/Brasil, v. 4, n. 1, jan./jun. 2017. p. 9-23

SOARES, Sandra Maria. A Docência Camponesa na Escola Estadual Madre Cristina e a Pedagogia do Trabalho Associado Camponês para a Auto-Organização da Juventude do Assentamento Roseli Nunes. **Dissertação de Mestrado** – UNEMAT- Cáceres, 2020. 186 p. Disponível em <http://portal.unemat.br/media/files/PPGEdu/SANDRA%20MARIA%20SOARES.pdf> acesso em 05 de maio de 2022.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2014.

ZART, L. L. Educação e Sócio-Economia Solidária. Interação Universidade - Movimentos Sociais. **Série Sociedade Solidária**. In.: ZART, L. L. SANTOS, J. C. (Orgs). Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2006.

ZART, L. L. Produção social do conhecimento na experiência do Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC): interação da UNEMAT e de Movimentos Sociais do Campo. **Tese (Doutorado em Ciências Políticas e Tecnológicas)**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, SP: 2012.



## INDICE QUALIFICATIVO DOS ORGANIZADORES

### Ma. Cleusa Bernadete Larranhagas Mamedes

Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jales-SP (1990) e Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2004). Exerceu o cargo de Secretária Municipal de Educação e Cultura de Araputanga período de 2006 a julho de 2011. Professora da Faculdade Católica Rainha da Paz-FCARP Araputanga-MT. Coordenadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia- FCARP. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Direito (NUPEDI) FCARP. Tem experiência na área da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, movimentos sociais, políticas educacionais, legislação da educação, formação de professores, gestão democrática e participação, planos municipais de educação. Participou no ano de 2000 de missão de estudos na área de Gestão Escolar e Parcerias em Educação, nos Estados Unidos (Washington e New York) promovido pela embaixada americana no Brasil, CONSED, UNESCO e pelo Departamento Americano de Educação. Vencedora do concurso (2005) "Projeto Publicação de Trabalhos Científicos" contextualizado no Programa de Estudos e Geração de Conhecimento em Políticas Públicas pelo Governo de Mato Grosso com a pesquisa "Democracia na escola pública e participação de professores". Moção de Aplausos concedida pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (2009) pelos relevantes serviços educacionais prestados à educação do município de Araputanga com a construção das políticas públicas dentro dos princípios da Gestão Democrática.

### Ma. Elaine Regina Franco Magro

Doutora em Linguística (2022) pelo Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado (UNEMAT). Possui graduação em Letras/Literaturas (2002), especialização em Educação Interdisciplinar pelo Instituto Cuiabano de Educação ICE (2010) e mestrado em Linguística (2016). Especialista em Gestão de Pessoas pela Faculdade Católica Rainha da Paz-FCARP. Mestre em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso ? UNEMAT e tutora de Educação a Distância na UAB (Universidade Aberta do Brasil). Proprietária do Espaço Escrever ? Cursos de Redação Profa. Elaine Franco ? Araputanga-MT; Professora efetiva da Rede Estadual de Mato Grosso. Professora na Faculdade Católica Rainha da Paz-FCARP. Desenvolve pesquisas na área de concentração: Estudos de Processos Linguísticos. Linha de pesquisa: Estudos de Processos de Significação com ênfase nos seguintes temas: Processo de Nominalização e Estudo da Significação de Nomes (Cidades/Irmandades Negras).

### Ma. Adriane Cristine Silva

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso, Mestre em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD (2010), com graduação em pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2001), e filosofia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2006). Participa do grupo de Pesquisa COEDUC desde a sua fundação em (2004). Atualmente é professoral da educação básica na Escola Estadual 13 de Maio (1998),

nos anos iniciais. Atua como profissional do ensino superior da Faculdade Católica Rainha da Paz, nos cursos de licenciatura.

#### **Dra. Márcia Cristina Machado Pasuch**

Pedagoga, Doutora em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da UFMT (2013), com estágio doutoral na modalidade Sanduíche na Universidade Pompeu Fabra em Barcelona/Espanha sob co-orientação do Prof. Dr. Francisco Fernández Buey. Professora efetiva da Rede Estadual de Educação, exerce sua função na Educação Especial. Professora na Faculdade Católica Rainha da Paz de Araputanga/MT. Integrante do Grupo Guardiões da Cidadania de Alta Floresta.

#### **Ma. Renata Aparecida de Souza**

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação Matemática UNESP- Rio Claro. Membro do grupo de estudo do Grupo de História Oral em Educação Matemática - GH OEM. Membro do GT 13 da SBEM Possui Mestrado pelo Programa de Pós\_ Graduação em Ensino de Ciências e Matemática- PPGECM- UNEMAT campus Dep. Estadual Renê Barbouor Barra do Bugres, Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT (2005). Especialização em em Educação Infantil e Alfabetização pelo ICE- Instituto Cuiabano de Educação. Possui ATESTO para atuar como Tradutora/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) emitido pelo CAS-MT. Atualmente é professora Intérprete da Educação Básica na rede Municipal de Araputanga MT, professora Intérprete na Rede Estadual na Escola Estadual Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques. Possui experiência na Formação Inicial de professores, voltada a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, bem como o ensino da pessoa surda.

#### **Me. Waldemar Rosa Pereira**

Bacharel em Sistemas de Informação pela FCARP (2009), Especialização em Redes de Computadores pela FAPAN (2010), Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Atualmente Gestor de TI da Faculdade Católica Rainha da Paz, Coordenador do curso de Gestão da Tecnologia da Informação da Faculdade Católica Rainha da Paz, Professor dos Cursos de Gestão de TI, Gestão do Agronegócio e Pedagogia da Faculdade Católica Rainha da Paz. Sócio/Proprietário da empresa 3W Tecnologia - Consultoria e Gestão de TI.

